



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 75, de 2015
(Nº 422/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Os méritos do Senhor José Humberto de Brito Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00459/2015 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ*

CPF.: 342.835.441-91

ID.: 9049488 SSP-SP

1958 Filho de José Armênio Cruz e Helena de Brito Cruz, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro / RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Filosofia pela Universidade de São Paulo
1984 CPCD - IRBr
1987 Programa de Estudos Diplomáticos, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, Genebra
1993 CAD – IRBr
2004 Doutor em Filosofia Política pela Universidade de São Paulo
2006 CAE – IRBr, Cidadania e Integração: o Problema do `Déficit Democrático` na Construção da União Europeia

Cargos:

1985 Terceiro-Secretário
1989 Segundo-Secretário
1997 Primeiro-Secretário
2003 Conselheiro
2006 Ministro de Segunda Classe
2012 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-89 Divisão das Nações Unidas, assessor
1989 Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente, assessor
1990-94 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1994-97 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1997-2003 Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
1999-2002 Instituto Rio Branco, Professor de Teoria das Relações Internacionais
2003-06 Embaixada em Paris, Conselheiro
2006-11 Delegação junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-13 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2013- Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Condecorações:

1985 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha Vermeil
1996 Medalha Santos Dumont, Brasil
1999 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MARROCOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	Reino do Marrocos
CAPITAL:	Rabat
ÁREA:	446.550 km ²
POPULAÇÃO:	33 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e amazigue (berbere)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmana sunita (mais de 99%), minorias judias e cristãs
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rei Mohammed VI (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane (desde nov/2011)
CHANCELER	Salaheddine Mezouar (desde out/2013)
PIB NOMINAL (2014):	US\$ 109,2 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP) (2014):	US\$ 252,37 bilhões
PIB PER CAPITA (2014)	US\$ 3.291
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (FMI, 2014)	US\$ 7.606
VARIAÇÃO DO PIB:	2,9% (2014); 4,4% (2013); 2,7% (2012); 5% (2011); 3,6% (2010); 4,8% (2009); 5,6% (2008); 2,7% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,617 (129º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA:	70,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	67,1% (ONU, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	9,2% (Banco Mundial, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	<i>Dirham</i> marroquino
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Larbi Moukhariq
COMUNIDADE BRASILEIRA:	209

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil-Marrocos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan-ago)
Intercâmbio	970,46	1655,25	877,09	1368,90	2007,01	2153,57	2123	1818	776
Exportações	438,07	511,10	538,01	703,98	811,21	872,31	689	568	273
Importações	532,39	1144,01	339,07	664,91	1195,80	1281,26	1434	1249	503
Saldo	-94,31	-632,90	198,93	39,06	-384,59	-408,95	-745	-681	-230

Perfis Biográficos

Mohammed VI

Rei do Marrocos



Filho de Hassan II, Mohammed VI nasceu em 21 de agosto de 1963, em Rabat, capital do Marrocos.

Com quatro anos, seu pai matriculou-o na escola corânica do Palácio Real. Em 1973, o então Príncipe Sidi Mohammed obteve o diploma de estudos primários e terminou os secundários no Colégio Real, em 1981. Graduiu-se pela Universidade Mohammed V, em 1985, em Direito, e em Ciências Políticas em 1987. Em 1993, obteve o Doutorado em Direito pela Universidade Nice-Antipolis, França. Desde 2000, detém título de doutor *honoris causa* pela Universidade George Washington, EUA.

Em 1985, foi nomeado General de Brigada do Exército. Em 1994, foi promovido a General de Divisão do Exército marroquino.

Desde jovem, viu-se encarregado de representar seu pai em diversas funções e desempenhar missões do Estado marroquino. Em 1983, chefiou a delegação marroquina à Conferência de Cúpula dos Não Alinhados, em Nova Déli, na Índia.

Com a morte de Hassan II, em 26 de julho de 1999, foi declarado Rei do Marrocos e, sob o título de Mohammed VI, entronado em 30 de julho de 1999, aos 36 anos de idade.

Abdelilah Benkirane

Primeiro-Ministro



Abdelilah Benkirane nasceu em Rabat, em 2 de abril de 1954. Formou-se em Física pela Universidade Mohammed V, em 1979.

Eleito para a Câmara dos Representantes pela primeira vez em 1997, participou da fundação do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD) no ano seguinte. Em 2008, assumiu a liderança do PJD, tendo sido eleito para o cargo de Secretário-Geral da agremiação. Cumpre atualmente quarto mandato eletivo. Em 29 de novembro de 2011, com a vitória do seu partido nas primeiras eleições legislativas realizadas após a adoção da nova Constituição, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Rei Mohammed VI, sucedendo a Abbas el-Fassi, do partido "Istiqlal".

Benkirane é conhecido por advogar posições conservadoras em temas relacionados à família e ao papel reservado às mulheres nas sociedades islâmicas.

SALAHEDDINE MEZOUAR
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação



Nascido em 11 de dezembro de 1953 em Mequinez (*Meknès*), 150 quilômetros a oeste de Rabat, Salaheddine Mezouar é formado em Administração de Empresas pela INSEAD (Fontainebleau, França). Obteve ainda diploma do Ciclo Superior de Gestão do ISCAE de Casablanca; Diploma de Estudos Aprofundados pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França); e mestrado em Ciências Econômicas (Economia do Desenvolvimento) pela mesma universidade.

Ex-Vice-Presidente do Raja Club Athletic, de Casablanca, Mezouar já fez carreira esportiva como capitão da seleção de basquete.

Entre 1986 e 1991, exerceu a função de Chefe de Divisão e de Encarregado de Missão no Escritório de Exploração dos Portos (ODEP), tendo em seguida ocupado o posto de Administrador-Diretor-Geral de uma empresa privada no setor têxtil; foi Presidente da Associação Marroquina das Indústrias Têxteis e do Vestuário (AMITH) e Presidente da Federação de Têxteis e Couros, integrante da Confederação Geral das Empresas do Marrocos (CGEM). Em 2004, foi nomeado Ministro da Indústria, do Comércio e Atualização da Economia e em 2007, Ministro da Economia e das Finanças. Em janeiro de 2010 foi eleito, em Marraquexe, Presidente do partido monarquista RNI (*Rassemblement National des Indépendants*).

Foi nomeado pelo Rei Mohammed VI, no dia 10 de outubro de 2013, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Relações Brasil-Marrocos

O relacionamento Brasil-Marrocos evoluiu expressivamente durante os anos 2000, mas ainda se encontra aquém de seu amplo potencial. Desde a ascensão do atual Rei Mohammed VI ao trono, em 1999, foram realizados de ambas as partes, Brasil e Marrocos, movimentos de aproximação e de aprofundamento do diálogo bilateral. O Marrocos segue engajado em promover maior abertura e diversificação de suas relações, como forma de reduzir sua dependência de potências ocidentais e de conferir maior legitimidade à sua atuação externa perante a população. Nesse esforço, e dentro de uma lógica Sul-Sul, o Brasil é visto como parceiro privilegiado, sendo procurado pelo Marrocos para estreitar vínculos econômicos e políticos.

Histórico recente de visitas

O Rei Mohammed VI, no âmbito de seu processo de reformas e maior abertura econômica e política, procurou, em um primeiro momento, fortalecer laços com parceiros tradicionais, como a União Europeia e os EUA. Posteriormente, o chefe marroquino passou também a buscar maior abertura para o Atlântico e para os países do Sul em geral. Nessa dimensão, o Brasil foi sempre visto como parceiro privilegiado. Essa nova orientação é também responsável pelo entusiasmo com que o Marrocos abraçou os movimentos de aproximação capitaneados pelo Brasil e seus parceiros sul-americanos em relação aos países árabes e africanos, centrados nas Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).

No que é considerado como um dos marcos da nova orientação da política externa marroquina, o Rei Mohammed VI realizou, em novembro de 2004, périplo pela América Latina, que incluiu o Brasil. Na ocasião, foram assinados o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, visando ao estabelecimento de uma área de livre comércio, a qual, no entanto, não avançou. No âmbito bilateral, o Marrocos firmou com o Brasil Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo.

Com o propósito de copresidir a I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em junho de 2008, o então Chanceler Celso Amorim realizou visita ao Marrocos, a primeira de uma autoridade brasileira de alto nível desde a visita do Presidente João Figueiredo, em 1984. A I Reunião da Comissão Mista lançou processo de aprofundamento do conhecimento mútuo do potencial da cooperação entre os dois países. Foram assinados diversos ajustes complementares e um protocolo de cooperação na área de proteção do meio ambiente.

Em janeiro de 2009, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, visitou o Marrocos e encontrou-se com o então Ministro do Comércio Exterior (MCE), Abdellatif Mazouz. Em setembro daquele ano, o então Chanceler Amorim, em escala no Marrocos, de regresso de visita à Índia, foi novamente recebido pelo então Chanceler Fassi Fihri. No mesmo mês, foi realizado, no Rio de Janeiro, a 5ª Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Marrocos, durante a qual foi rubricada minuta de Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi também firmado Memorando de Entendimento entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as partes, ao amparo do qual a empresa Royal Air Maroc passou a realizar três voos por semana na rota Casablanca-São Paulo, a partir de dezembro de 2013.

Em março de 2010, foi realizada, em Brasília, a I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos. Nessa reunião, as partes analisaram o comércio bilateral e discutiram novas oportunidades de investimentos. Foi decidida, igualmente, a criação de Conselho Empresarial, com reuniões em paralelo aos encontros do Comitê Conjunto.

Em dezembro de 2010, visitou o Brasil o então Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Reino do Marrocos, Ahmed Chami. Durante essa visita, a delegação marroquina, também integrada por representantes da estatal "*Office Chérifien des Phosphates*", o Escritório Xerifino de Fosfatos, maior empresa do Marrocos e o maior exportador individual de fosfato do mundo, propôs a formação de parceria bilateral para a produção de fertilizantes para exportação a terceiros mercados. No mesmo mês, também visitaram o Brasil os ministros marroquinos do Emprego e de Assuntos Sociais, do Artesanato e do Comércio Exterior.

Em abril de 2011, o então Ministro Delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Embaixador Youssef Amrani, visitou o Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Embaixador Amrani também foi recebido, em audiência de cortesia, pelo Vice-Presidente Michel Temer, a quem fez entrega de carta do Rei Mohammed VI, endereçada à Presidente Dilma Rousseff.

Em setembro de 2011, o então Chanceler brasileiro, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita à capital marroquina, Rabat, onde foram discutidas as perspectivas de adensamento das relações bilaterais nas vertentes econômico-comerciais e de cooperação, bem como trocadas percepções sobre temas da agenda internacional, em particular aqueles relativos à "Primavera Árabe" e seus reflexos sobre a política regional e internacional. Na oportunidade, o Marrocos reiterou o apoio de Rabat à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e à

ascensão do Brasil à categoria de membro permanente, ao lado da Alemanha, do Japão e da Índia.

Em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, realizou visita a Rabat, acompanhado do representante da EMBRAER-militar. O Ministro brasileiro reuniu-se com o então Chanceler marroquino, Saad-Eddine el-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi. Tratou-se do primeiro encontro de alta autoridade brasileira com integrantes do novo Governo marroquino, formado em novembro de 2011. Na ocasião, Brasil e Marrocos convieram sobre o interesse mútuo em formalizar acordo de cooperação na área de defesa, que foi apresentado às autoridades marroquinas pela Embaixada brasileira em Rabat, subseqüentemente à visita.

Em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a delegação marroquina foi chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane. À margem da conferência, o Primeiro-Ministro Benkirane manteve encontro de caráter protocolar com a então Vice-Presidenta do Congresso Nacional, a então Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), representando o Legislativo brasileiro. Vale também registrar a realização de reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douiri, e o Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energias Márcio Zimmermann. Entre os principais resultados dos encontros bilaterais, destacam-se as propostas de reativação do grupo parlamentar Brasil-Marrocos e de envio de missão empresarial brasileira ao Reino. Houve, ademais, significativa cobertura da Conferência pela imprensa marroquina.

Em julho de 2013, a então Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), chefiou a delegação brasileira – e assinou, em nome do Brasil – o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.

Em setembro de 2013, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Saad-Eddine El-Othmani realizou visita ao Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Chanceler marroquino encontrou-se, em Brasília, com o Vice-Presidente da República, a quem formulou convite para visitar o Marrocos. Também realizou visitas de cortesia à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Foi firmado o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil. Na seqüência, viajou a São Paulo, onde participou de fórum empresarial organizado pelo lado marroquino.

Em dezembro de 2013, Ricardo Schaefer, à época Secretário Executivo do MDIC, liderou missão empresarial brasileira ao Marrocos. Na cidade de

Casablanca, Schaefer presidiu a abertura de Fórum de Negócios Brasil-Marrocos, que, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e por instituição homóloga marroquina, com apoio da Embaixada em Rabat, contou com a participação de 45 empresas marroquinas, além das nove empresas brasileiras que integraram a missão brasileira. Na ocasião, foram prospectadas oportunidades de negócios que, caso concretizadas, poderiam gerar transações totalizando US\$4,8 milhões. Na sequência, Schaefer viajou a Rabat, onde manteve encontros com autoridades governamentais marroquinas. No encontro com o chefe de sua pasta homóloga, propôs a negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o Marrocos.

Em novembro de 2014, o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) realizou missão empresarial ao Marrocos, na companhia do Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) e do Governador de Goiás, Marconi Perillo. Na ocasião, o grupo manteve contatos com empresas locais, bem como com Ministros marroquinos dos Transportes, do Turismo, da Agricultura e da Indústria. No mesmo mês, também ocorreu a visita da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, na chefia da delegação brasileira, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Federais Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

Em julho de 2015, o Ministro dos Transportes e Logística do Marrocos, Azziz Rabbah, realizou visita à Brasília e a São Paulo, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues. A parte marroquina mostrou-se interessada na experiência brasileira de cooperação com o setor privado na área de ferrovias, bem como na experiência com as concessões no setor rodoviário. O Ministro Rabbah sugeriu a criação de um centro conjunto para treinamento e capacitação de técnicos do Governo local na área de planejamento, supervisão e regulação do setor de transportes. Propôs, ainda, aumentar para quatro o número de voos semanais entre Casablanca e São Paulo, operado pela Royal Air Maroc.

Em julho de 2015, o Senador Cristovam Buarque realizou visita ao Marrocos, para participar de colóquio na cidade de Assilah. Na ocasião, encontrou-se com autoridades marroquinas do Executivo e do Legislativo, como a Ministra-Adjunta dos Assuntos Estrangeiros e os Presidentes das duas Casas do Legislativo marroquino, a Câmara dos Conselheiros e a Câmara dos Representantes. Em tais encontros, o Senador aventou a ideia de se organizar, no Marrocos, reunião de "parlamentares sem fronteiras" sobre os direitos dos imigrantes e dos refugiados. Está prevista missão parlamentar brasileira ao Marrocos entre os dias 18 e 23 de setembro de 2015.

Diálogo político

No campo político, o diálogo entre Brasil e Marrocos é sólido e marcado por frequentes trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas. Até o momento, Marrocos e Brasil acordaram em troca de votos para 18 candidaturas a cargos em organizações multilaterais, ao passo que o Marrocos concedeu apoio incondicional a 17 candidaturas brasileiras.

A interlocução política regular com o Marrocos é de interesse para o Brasil. Os dois países possuem mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999, o qual prevê reuniões periódicas, em nível de Vice-Ministros, para discutir temas das agendas internacional e regionais. Ainda que não seja membro da UA, o Marrocos acompanha com atenção os principais temas da agenda africana e do mundo árabe.

O Marrocos vem declarando apoio à candidatura do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde 2008, quando, durante visita do então Chanceler Amorim ao país, o lado marroquino não só manifestou sua compreensão para com as aspirações legítimas do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança, mas, também, assegurou que "esta compreensão se traduzirá em apoio concreto no momento oportuno".

Cooperação no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

A Cooperação Brasil-Marrocos possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, firmado em 10 de abril de 1984 e promulgado em 18 de março de 1991.

Em maio de 2010, em seguimento a entendimentos iniciados por ocasião da I Comissão Bilateral Mista (Rabat, 2008), realizou-se em Rabat missão conjunta integrada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O objetivo da missão foi o de validar três projetos de cooperação técnica na área de formação profissional, a saber: "Fortalecimento das Capacidades dos Formadores na Área de Construção Civil", "Apoio ao Escritório da Formação Profissional e da Promoção do Trabalho (OFPPT) para a Implementação de Sete Centros de Formação Profissional a Deficientes Físicos" e "Formação de formadores na área de informática básica para cegos e deficientes visuais". Aguarda-se, desde então, a aprovação, pela parte marroquina, das minutas de projetos elaboradas pela ABC. Tendo em vista, contudo, o presente quadro orçamentário da Agência, a assinatura de novos

projetos "estruturantes", tais como o do SENAI, foi temporariamente suspensa, dado o volume de recursos envolvidos. Dessa forma, ainda que venha a ser validado pelo lado marroquino, a ABC não poderá proceder à assinatura dos documentos no curto prazo.

Em 2014, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre o Brasil e o Marrocos, assim como não existem atividades previstas para o ano de 2015.

Agricultura

A área agrícola apresenta particular potencial para a cooperação bilateral. O Marrocos conta com ambiciosa política para o desenvolvimento do campo: o "Plano Marrocos Verde", lançado em 2008. Com duração prevista até 2023, o Plano é visto como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social do país. O Plano possui tanto uma vertente direcionada ao desenvolvimento de agricultura moderna, com alto valor agregado no processo de produção, quanto vertente voltada à revitalização da agricultura familiar, especialmente em regiões menos favorecidas economicamente. Nesse contexto, o Marrocos tem manifestado, ademais, seu interesse em poder compartilhar experiências brasileiras exitosas em ambas as vertentes.

Em abril de 2011, por ocasião de participação do Ministro do Desenvolvimento Agrário brasileiro no VI Salão Internacional da Agricultura do Marrocos (SAIM), o maior evento agrícola do continente africano, foi assinado Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura familiar e desenvolvimento rural, bem como acordo de cooperação e parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e instituição marroquina homóloga, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas.

Após alguns anos sem que a cooperação nessa área tivesse apresentado desdobramentos, em agosto de 2015, o lado marroquino manifestou interesse em que fossem redinamizadas as relações de cooperação entre a EMBRAPA e sua homóloga marroquina. Em reunião mantida entre a Embaixada em Rabat e o Instituto marroquino, foram aventadas, como possíveis iniciativas de cooperação: (a) acolher um escritório da Embrapa nas dependências do Instituto marroquino; e (b) elaboração de projetos conjuntos de pesquisa nas áreas de produção de cereais como trigo, cevada e triticale (cereal híbrido obtido a partir do cruzamento do trigo com o centeio), de biotecnologia, de cultura de conservação, e de fertilizantes.

Em setembro de 2015, ademais, o Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima marroquino, Aziz Akhannouch, enviou convite de visita ao Marrocos

para a Ministra Kátia Abreu, com vistas a estudar maneiras de incrementar a cooperação bilateral no setor agrícola, sobretudo em áreas como o desenvolvimento de cadeias de produção, pesquisa agrônômica e saúde veterinária.

Desenvolvimento social

A exemplo de outros países em transição no norte da África, o Marrocos tem mostrado interesse na formulação e implementação de políticas públicas brasileiras na área social (renda mínima, programas de aquisição de alimentos, entre outros).

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Rabat, em julho de 2012, o então Ministro de Assuntos Gerais e de Governo do Marrocos, Najib Boulif, reafirmou a intenção marroquina de adaptar políticas públicas nacionais, seguindo o modelo brasileiro de promoção do desenvolvimento social. O principal programa marroquino a ser reformulado seria a "caixa de compensação", que prevê controle de preços e concessão de subsídios à indústria e produtores de gêneros agrícolas de primeira necessidade. Ao comparar o programa marroquino com o Bolsa Família brasileiro, o Ministro Boulif afirmou que o modelo da caixa de compensação estaria chegando a esgotamento, uma vez que corresponde a gastos públicos equivalentes a aproximadamente 7% do orçamento marroquino, em oposição a menos de 2% do orçamento brasileiro referente aos gastos com o Bolsa Família.

Com o objetivo de intercambiar experiências na promoção do desenvolvimento social, realizou-se, em Casablanca e Rabat, em setembro de 2012, o "Seminário Brasil-Marrocos sobre Políticas Públicas contra a Exclusão Social". O Seminário reuniu exclusivamente especialistas de ambas as partes para troca de experiências em programas sociais focados no combate à insegurança alimentar e à pobreza. Na ocasião, a parte marroquina manifestou especial interesse por dois programas brasileiros: transferência condicionada de renda (Bolsa Família) e merenda escolar.

Defesa

Durante sua visita a Rabat, em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, propôs ao lado marroquino a negociação de acordo de cooperação na área de defesa. Dentre as principais áreas do Acordo, estão a pesquisa e desenvolvimento, o intercâmbio de conhecimento, o apoio logístico e a aquisição de produtos e serviços de defesa. No último desdobramento quanto ao

tema, o lado marroquino propôs, em setembro de 2015, nova minuta de acordo entre os dois países.

Durante sua visita, Amorim também expôs modalidades de cooperação no âmbito de academias militares e levantou a possibilidade de projetos de desenvolvimento industrial mútuo na área de defesa. Em abril de 2014, o governo marroquino concordou com a criação da posição de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Rabat, com residência em Madri. Em julho de 2014, concedeu-se beneplácito ao nome de Coronel Jacintho Maia Neto para ocupar o cargo.

Por ocasião da visita do então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, ao país, em dezembro de 2013, integraram a delegação brasileira 5 representantes da área de promoção da indústria de defesa nacional do Ministério da Defesa, incumbidos de fomentar negócios nesse setor.

Comércio bilateral

Em 2014, o Brasil foi o terceiro parceiro comercial do Marrocos, atrás de França e Espanha. O Marrocos, por sua vez, figurou como o 50º principal parceiro comercial brasileiro. Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e o Marrocos cresceu 151%, evoluindo de US\$ 725,6 milhões para US\$ 1,818 bilhão. Ao longo do período analisado, o saldo comercial foi favorável ao lado brasileiro em: 2005, 2006, 2009 e em 2010. O déficit brasileiro com o Marrocos em 2014 diminuiu 8,6% em relação ao saldo desfavorável apurado em 2013 (de US\$745,1 milhões para US\$681 milhões). De janeiro a agosto de 2015, as trocas comerciais se limitaram ao valor de US\$ 775,5 milhões, o que significou decréscimo de 30,0% em comparação à cifra do mesmo período do ano anterior. O déficit, de US\$ 229,8 milhões, representou retração de 58,9% em relação ao resultado apurado no período compreendido entre janeiro e agosto de 2014.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado marroquino, em 2014, foram: *i*) açúcar (37,6% do total); *ii*) aviões e helicópteros (22,9%); *iii*) milho em grão (22,8%); *iv*) soja em grão (5,1%); *v*) produtos semimanufaturados de ferro/aço (1,9% do total).

Na pauta das importações brasileiras originárias do Marrocos predominaram os adubos e fertilizantes (di-hidrogeno de amônio, superfosfato de fósforo e hidrogeno de di-amônio). Em 2014, esse grupo representou 59,7% do total, seguido de combustíveis (naftas para petroquímica) com 24,5%; sal/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, naturais, não moídos) com 5,6%; e químicos inorgânicos (outros ácidos fosfóricos) com 2,1%.

Investimentos bilaterais

O Marrocos vem-se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros no exterior, sendo alvo de investimentos da Bunge Fertilizantes, da Neobus, da Randon, da Santista e do Grupo Votorantim. O Grupo Votorantim é, desde 2012, o maior investidor brasileiro no Marrocos, controlando 63% da Temara Cimentos, fábrica localizada em Rabat.

Em julho de 2013, foi assinado, em Rabat, Memorando de Entendimento entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Agência Marroquina do Desenvolvimento dos Investimentos (AMDI), voltado a intensificar a colaboração entre as duas entidades com vistas a facilitar a aproximação entre as comunidades empresariais de Brasil e Marrocos.

Em setembro do mesmo ano, por ocasião de sua visita ao Brasil, o então Chanceler marroquino, El-Othmani, participou de fórum empresarial em São Paulo, organizado pela AMDI e pela CCAB. Em outubro de 2013, o então Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Ricardo Schaefer, realizou visita ao Marrocos, acompanhado de comitiva empresarial. Na ocasião, propôs ao lado marroquino a negociação de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)** entre o Brasil e o Marrocos.

Em maio de 2014, realizou-se, em Rabat, a primeira reunião negociadora do ACFI. Na ocasião, foi discutida proposta que fora apresentada pelo lado brasileiro. O lado marroquino solicitou tempo para analisar o acordo proposto. Em 9/9/2015, o Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores recebeu o Embaixador do Marrocos em Brasília, a quem fez apresentação detalhada sobre o ACFI e reiterou o interesse brasileiro de retomar negociações bilaterais na matéria.

Parceria da OCP com a Fertilizantes Heringer S.A.

O grupo OCP ("Office Chérifien des Phosphates"), Escritório Xerifino dos Fosfatos, maior conglomerado industrial do Marrocos e maior exportador de fosfato do mundo, detém de 25 a 30% do mercado mundial de fertilizantes. O Brasil é hoje um dos quatro maiores importadores mundiais de insumos para fertilizantes.

Presente no Brasil desde 2009, por meio de escritório de vendas instalado em São Paulo, a OCP anunciou, em dezembro de 2012, a aquisição de 50% do

complexo industrial-portuário de Rio Grande, da empresa norueguesa Yara International. A empresa passará a contar, assim, com unidade de produção e estocagem no Brasil, o que lhe permitirá incrementar a oferta de fertilizantes no País e em outros mercados da América Latina. Em junho de 2014, ademais, a OCP assinou contrato de compra de ações da Fertilizantes Heringer S.A., a partir do qual o grupo marroquino passou a possuir participação de cerca de 10% do capital social da empresa brasileira sediada no Espírito Santo. Ambas as empresas firmaram, ademais, contrato de longo prazo para fornecimento de produtos à base de fosfato.

Na área de insumos agrícolas, a OCP, maior produtora mundial de fosfato, tem manifestado, desde setembro de 2012, interesse em estabelecer cooperação com a EMBRAPA. Na visão marroquina, seria vantajoso estabelecer parceria estratégica entre o Brasil (detentor de gás) e o Marrocos (fosfato) para a produção de fertilizantes a custos significativamente inferiores aos praticados pelo mercado, a qual traria grandes benefícios em ganhos de produção à agricultura do continente africano.

Voo Casablanca-São Paulo e Parceria Royal Air Maroc-EMBRAER

A partir de dezembro de 2013, a Royal Air Maroc iniciou linha regular, com frequência de três voos por semana, entre Casablanca e São Paulo. A nova conexão aérea contribui para ampliar o conhecimento mútuo e incrementar o intercâmbio econômico entre Brasil e Marrocos.

Em dezembro de 2014, a Royal Air Maroc incorporou, por meio de *leasing*, quatro aeronaves E-190 da EMBRAER para utilização em sua frota permanente. A companhia estuda a possibilidade de aquisição adicional de 10 a 15 aeronaves.

Fenômeno que tem sido objeto da atenção das autoridades de ambos os países é o tráfico de entorpecentes observado no voo Casablanca-São Paulo. Desde a abertura do voo, em dezembro de 2013, já se registraram dezenas de apreensões. A companhia marroquina, nos últimos 12 meses, implementou medidas de segurança severas, que têm logrado reduzir a intensidade do fluxo de substâncias ilícitas.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Marrocos

Em novembro de 2004, por ocasião da visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, foi assinado Acordo-Quadro visando ao estabelecimento de uma área de

livre comércio entre o Mercosul e o Marrocos. Como etapa intermediária, decidiu-se negociar um Acordo de Comércio Preferencial (ACP).

A primeira rodada de negociações Mercosul-Marrocos foi realizada, em Rabat, em abril de 2008. Em dezembro de 2008, a Presidência Pro Tempore brasileira enviou ao Marrocos proposta do Mercosul de métodos, de modalidades e de textos normativos. Mais recentemente, contudo, o país magrebino tem manifestado que tenciona realizar avaliação ampla dos impactos dos acordos comerciais já assinados (EUA, União Europeia, Turquia, por exemplo) antes de se engajar em negociações sobre novos instrumentos do tipo. A nova postura marroquina justifica-se à luz de reações internas negativas quanto a impactos dos acordos de livre comércio já assinados.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Rabat estimou em 209 o número de brasileiros residentes no Marrocos, de acordo com o Relatório Consular Anual 2014 (RCN 2014). Essa estimativa apresenta pequeno crescimento em relação aos anos anteriores – a estimativa era de haver 182 brasileiros residentes no Marrocos em 2013, e 140 em 2011.

Além do setor consular da Embaixada em Rabat, que atende a toda a comunidade brasileira residente no Marrocos, o Brasil possui consulados honorários nas cidades de Casablanca e Marraquexe.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e o Marrocos.

Política Interna

A Constituição marroquina atual determina que o Rei é o Chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro o Chefe de Governo. As duas línguas oficiais do país são o árabe e o amazigue – língua berbere, localmente chamada *tamazight*, que, ademais de língua oficial do Marrocos, é também uma das línguas nacionais da Argélia. Embora não seja língua oficial, o francês é amplamente falado e utilizado.

A monarquia marroquina, também dita xerifina (em relação ao título de seus governantes, os "xerifes" ou "xarifes"), foi mantida mesmo durante a ocupação francesa, finda em 1956. O atual Rei do Marrocos, Mohammed VI, pertence à dinastia alauita.

O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, escolhido entre o partido que tenha maioria no Parlamento marroquino.

Atualmente, a política interna marroquina passa por momento histórico de transição, originado no contexto da chamada "Primavera Árabe". Em reação a protestos populares pela intensificação da democracia e contra a corrupção, iniciados em fevereiro de 2011, o Rei Mohammed VI implementou reforma política que incluiu a adoção de nova Constituição (jul/2011), com transferência de poder para comunidades locais e representantes eleitos diretamente pela população, bem como a antecipação de eleições legislativas (nov/2011). Como resultado das últimas eleições, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), de viés islamista moderado, adquiriu maioria e nomeou o Chefe de Governo marroquino. A ascensão do PJD sinaliza o fim de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência e a ideologia socialista.

Histórico

Sultanatos árabes governaram o Marrocos desde 788 d.C até finais do século XIX. Ao contrário dos demais países do Norte da África, o Marrocos não passou por domínio do Império Otomano (os territórios correspondentes, grosso modo, aos atuais Egito, Argélia, Tunísia e Líbia foram anexados àquele Império ao longo do século XVI). Esse fato explica, em boa medida, a diferenciação da monarquia marroquina em contraste com os regimes políticos dos seus vizinhos magrebins. Diante das referências otomanas, os demais países do Norte da África tenderam a estabelecer formas de governo influenciadas pelo modelo otomano, baseado em burocracias patrimoniais apoiadas em elites militares, o que dará origem a sistemas republicanos centralizados. O Marrocos, por sua vez, preservou

uma forma de governo monárquica, mais comum entre outras nações árabes, baseada no modelo do "Califa justo", guardião da pureza da revelação islâmica.

Em 1649, o Marrocos foi unificado sob o governo da dinastia alauita, que clamava ser descendente do quarto profeta do islamismo, Ali Ibn Abu Talib. A atual família real marroquina pertence à dinastia alauita.

Ao final do século XIX, o território marroquino passou a ser objeto de disputa de influências por parte de potências imperialistas europeias. Em 1860, a Espanha ocupou o norte do Marrocos. Em 1904, acordo secreto entre Reino Unido, Itália e França dividiu o Magrebe em esferas de influência, ficando o Marrocos sob a órbita francesa. Em 1912, por meio da Conferência de Fez, o Marrocos tornou-se um protetorado franco-espanhol: coube à França a administração da maior parte do território marroquino, ficando a Espanha com o controle dos territórios de Ceuta e Melilla, ao norte, bem como do Saara Ocidental, ao sul. A cidade de Tânger tornou-se uma zona internacional.

Na década de 1920, surgiram os primeiros movimentos de vanguarda independentista, tendo o líder berbere Abdel Krim lançado, por meio da proclamação da República das Tribos Confederadas, movimento autonomista que somente foi suprimido em 1926. Em 1943, com o surgimento do Partido Istiqlal (Partido da Independência – PI), tomou novo ímpeto o pleito nacionalista. Na década de 1940, o império colonial francês começava a sofrer duros golpes com a ocupação da Indochina francesa pelo Japão (1945) e com o agravamento da luta pela emancipação na Argélia. Em 1947, o então sultão marroquino, Mohammed ibn Yousuf, aderiu à causa emancipacionista, sendo, em consequência, exilado pelos franceses pouco depois.

Em 1955, o sultão Mohammed Yousuf retornou ao país, assumindo o trono com o nome de Mohammed V. Em março de 1956, o Reino do Marrocos obteve a independência da França e, poucos meses depois, reconquistou a soberania sobre a cidade de Tânger, mas não sobre Ceuta, Melilla e o Saara Ocidental. A partir de 1957, o Sultão Mohammed V assumiu para si o título de Rei do Marrocos, que passaria para sua descendência.

A aliança de forças políticas que patrocinaram a independência manteve-se no poder até 1958, quando o Partido Istiqlal assumiu o governo. Pouco depois, a ala esquerda do Istiqlal, excluída da administração central do partido, conformou a União Socialista das Forças Populares (USFP). A USFP venceu as eleições legislativas realizadas em 1960, tornando-se importante força de oposição ao governo conservador, então no poder.

Em 1961, com a morte do Rei Mohammed V, subiu ao trono seu filho, Moulay Hassan, que governou o país até 1999, com o nome de Hassan II. A

sucessão transcorreu de modo pacífico. Durante o reinado de Hassan II, foram impostas dificuldades para acomodar politicamente a USFP e os sucessivos governos foram dominados por coligação de partidos de direita denominada Wifaq, que apoiou a monarquia. Em 1963, ademais, Hassan II fez aprovar, em plebiscito, uma nova Constituição, ampliando os poderes do soberano. Os partidos de oposição boicotaram o pleito e, acusados de conspirar contra a Casa Real, passaram a ser duramente reprimidos, de modo que o período de Hassan II também foi considerado como os "Anos de Chumbo" da história moderna do Marrocos. Nas décadas de 1970 e 1980, Hassan II também combateu duramente salafistas extremistas e lideranças sindicais que organizavam protestos populares e sofreu duas tentativas de golpe.

Na década de 1990, os protestos e a repressão foram paulatinamente cedendo, na medida em que houve certo desengajamento da liderança de Hassan II dos assuntos políticos do país, uma vez que o monarca lutava contra problemas de saúde. Em 1995, Hassan II permitiu o retorno ao Marrocos do líder da USFP, Kkih Basri, após trinta anos de exílio. Em setembro de 1996, realizou-se referendo para reforma institucional, que tinha por objetivos conferir maior representatividade e certa descentralização ao processo político, com passagem parcial de poderes do monarca para o Primeiro-Ministro. Em 1998, Hassan apontou figura da USFP, Abderahman Youssoufi, ao Posto de Primeiro-Ministro, em histórico movimento de concessão à possibilidade de alternância política.

Com o falecimento do Rei Hassan II, em 23 de julho de 1999, o príncipe herdeiro Sidi Mohammed foi entronizado como Rei Mohammed VI e tem governado desde então. Mohammed VI rapidamente demonstrou distinguir-se de seu pai, levando adiante o processo de abertura política, inclusive por meio do compromisso com a alternância de grupos políticos à frente do governo e de maior concentração de responsabilidades e poderes sob o Primeiro-Ministro. Mohammed VI também se distinguiu por alimentar a discussão acerca da promoção de direitos humanos, que era vedada à época de seu pai, bem como por adotar agenda política de promoção da igualdade social e de melhores condições de vida para as camadas mais pobres da população.

Características do sistema político marroquino

O Marrocos organiza-se politicamente em sistema de monarquia constitucional, no qual o Chefe de Estado ainda exerce papel político fundamental.

O **Poder Legislativo** marroquino é formado por parlamento bicameral. A Câmara dos Conselheiros (câmara alta) é composta por 270 assentos ocupados por meio de eleições indiretas em conselhos locais, organizações profissionais e sindicatos trabalhistas para mandatos de seis anos. A Câmara dos Deputados (câmara baixa) dispõe de 395 assentos para membros eleitos por voto popular para mandatos de cinco anos. O contemporâneo espectro político marroquino conta com trinta e três partidos políticos das mais variadas matizes ideológicas. Entre os partidos mais relevantes, destacam-se: Partido Istiqlal (PI), de centro; Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), islamista moderado; "Rassemblement national des indépendants" (RNI), de ideologia liberal; Movimento Popular (MP), partido de centro com perfil conservador; o Partido da Autenticidade e da Modernidade (PAM), que apregoa um "liberalismo social"; e a União Socialista de Forças Populares (USFP) e Partido do Progresso e do Socialismo (PPS), ambos de esquerda. A próxima eleição para a Câmara dos Representantes deverá ocorrer em 2016. Atualmente, 18 partidos estão representados na Câmara Baixa, e o PJD, que detém o maior número de cadeiras, controla apenas 107 dos 395 assentos.

Transformações institucionais no contexto da "Primavera Árabe"

Com significativas repercussões para a organização político-institucional do Reino, a chamada "Primavera Árabe" também se fez sentir no Marrocos. Inspirados nas manifestações na Tunísia e no Egito, protestos populares reunindo milhares de pessoas eclodiram no Marrocos, a partir do dia 20 de fevereiro de 2011. Dentre os pontos que motivaram os protestos, destacam-se clamores por melhores condições de vida, pelo aprofundamento da democracia e da transparência administrativa, bem como por maior descentralização política.

Considerado pacífico quando comparado aos demais da região, o levante popular no Marrocos não fez crítica direta ao Rei Mohammed VI, que anunciou, de forma hábil e expedita, programa de reformas que incluiu a elaboração de nova Constituição e a antecipação de eleições legislativas. Em julho de 2011, nova Carta foi aprovada por referendo popular, obtendo 98% dos votos favoráveis. O índice de participação (72% do eleitorado) foi o mais elevado de todos os sufrágios realizados durante o reinado de Mohammed VI. A Constituição aprovada expandiu os domínios de deliberação do Parlamento e lhe conferiu atribuição legislativa exclusiva, assim como formalizou o exercício da Chefia de Governo pelo Primeiro-Ministro, que passou a ser indicado, necessariamente, dentre os membros do partido mais votado na Casa dos Representantes. Na qualidade de chefe do Poder

Executivo, o Primeiro-Ministro passou a nomear e demitir o gabinete ministerial e preencher os postos da administração pública de acordo com novos critérios meritocráticos. A nova Carta buscou descentralizar o poder político, por meio da criação de "Conselhos Regionais", eleitos em sufrágio universal direto, em substituição aos "*walis*", espécie de governadores nomeados pelo monarca. Buscou, ademais, tornar o Judiciário mais independente, bem como garantir a liberdade de expressão.

A nova Constituição marroquina reconheceu, ainda, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e tornou o idioma berbere ou amazigue (*tamazight*) língua oficial do país, ao lado do árabe. Para plena implementação da nova Constituição, diversas leis complementares ainda deverão ser aprovadas, paulatinamente, até o final de 2016, quando termina a legislatura atual.

Embora represente avanço significativo, o novo arcabouço legal ainda deixa o país aquém de uma monarquia parlamentar de fato. O monarca marroquino permanece o principal ator político, pois mantém instrumentos de poder de última instância, ademais de possuir competência revisora dos atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mohammed VI manteve-se à frente de assuntos religiosos, bem como do Comando Supremo das Forças Armadas. De acordo com o discurso governamental, as medidas anunciadas representariam a continuidade de medidas liberalizantes introduzidas pelo reinado de Mohammed VI, e não meras respostas às manifestações populares. Segundo o Rei, "face aos progressos realizados pelo Marrocos em matéria de democracia, o país estaria apto a dar início à consagração constitucional da regionalização avançada", projeto concebido em janeiro de 2010, para reforçar o poder das regiões que compõem o país.

Eleições de novembro de 2011 e formação de coalizão governista

Em 25/11/2011, realizaram-se eleições legislativas, antecipadas em virtude de reforma constitucional. Ao quase triplicar seu percentual de votos com relação às eleições anteriores, o PJD obteve maioria relativa (27%) e pôde indicar Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro, rapidamente nomeado pelo Rei Mohammed VI. O tradicional Partido Istiqlal (PI) foi apenas o segundo mais votado no escrutínio (15%), sinalizando o declínio de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência ou a ideologia socialista.

Obrigado a formar coalizão para alcançar maioria parlamentar, o PJD associou-se ao PI, ao MP e ao PPS. Após intensas negociações que envolveram

também a casa real, formou-se coalizão governista em janeiro de 2012, que passou a contar com 217 assentos na Câmara de Representantes (54,9% das 395 vagas). No âmbito do Executivo, o novo Gabinete compôs-se por trinta integrantes: onze militantes do PJD, cinco do PI, quatro do MP e outros quatro do PPS, ademais de seis personalidades sem filiação partidária.

De perfil moderado, os islamistas no poder no Marrocos comprometeram-se, ainda, a evitar medidas moralizadoras dos hábitos e costumes (interdição do consumo de bebidas alcóolicas, promoção do uso de véu para as mulheres, condenação do homossexualismo), especialmente tendo em vista possível impacto negativo sobre o fluxo de turistas estrangeiros.

Governo islamista e crise de maioria governista

Ao assumir a liderança da coalizão governista, o PJD assumiu também a responsabilidade de atender às amplas expectativas da população em matéria social e econômica, bem como de transparência e modernização do Estado. Assim, em seu primeiro ano de mandato, o governo Benkirane pautou-se por iniciativas de forte impacto simbólico, como a publicação de listas dos beneficiários de concessões públicas e de subvenções, a suspensão das nomeações sem concurso para o serviço público, a regulamentação do processo de indicação de autoridades para o exercício de "altas funções" do aparato estatal, a autolimitação de salário do Primeiro-Ministro, bem como a proposição de medidas conservadoras, no âmbito dos costumes, ainda que com poucas consequências práticas.

Contudo, o contexto externo de crise econômica europeia, principal destino das exportações marroquinas, teve o efeito de estreitar a margem de manobra do novo governo, que encontraria grande dificuldade para cumprir promessas eleitorais tais como aumento do salário mínimo e redução do desemprego, especialmente entre jovens diplomados.

Do ponto de vista político, ademais, o islamismo, como força política em ascensão, encontra no Palácio Real, munido de sua tradicional legitimidade e de poder econômico, um contrapeso natural. No novo sistema político marroquino, o Rei Mohammed VI é ainda a principal figura política, de modo que o gabinete de conselheiros ("Makhzen") do Palácio Real, composto por personalidades mais próximas do Rei, também atuaria como formulador da política nacional.

No âmbito da política partidária, o PJD tem encontrado dificuldades em articular interesses de base aliada de amplo diapasão ideológico. Em junho de 2013, o conselho nacional do PI resolveu deixar a base de governo, iniciando crise de maioria na política marroquina. O líder do Istiqlal, Hamid Chabat seguia

emitindo recorrentes declarações contra o que chama de "rendimento insuficiente do Governo" e de "problema de comunicação e pensamento unilateral", ao destacar as dificuldades do PJD de compartilhar, de forma adequada, as competências governamentais.

Em vista da decisão, os cinco Ministros do PI comendo o Gabinete apresentaram pedidos de demissão. Na tentativa de recompor a maioria, o PJD iniciou negociações com o RNI, com vistas a incorporá-lo em uma nova coalizão que dispensaria a participação do PI. Em outubro de 2013, foi composto novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.

Eleições municipais e regionais de setembro de 2015

Organizadas pelo Ministério do Interior, as eleições realizadas, em 4/9/2015, para os conselhos municipais e regionais, e a subsequente eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas do país apontaram para quadro de protagonismo e tensão entre o PJD e o PAM. O PJD passará a controlar as prefeituras dos principais centros urbanos do país (Casablanca, Fez, Marraquexe, Rabat e Tânger), enquanto o PAM, com grande votação nas áreas rurais, deterá cinco das 12 novas presidências regionais. Apenas cinco regiões estarão sob o comando de partidos da base aliada, sendo duas do PJD, duas do RNI e uma do MP.

Nesse pleito, pela primeira vez, o eleitor marroquino escolheu os conselheiros regionais, que anteriormente eram designados pelos partidos políticos ativos em cada região, conforme os resultados municipais. Houve também reorganização territorial, de modo que se reduziu o número de regiões, de 16 para 12. Segundo o Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão consultivo e fiscalizador do Governo marroquino, as eleições "transcorreram em clima que ofereceu as garantias essenciais de liberdade, sinceridade e transparência".

Enfrentamento a atividades terroristas

Devido a recentes atentados realizados nos seus vizinhos magrebinos, o combate ao terrorismo tem-se sobressaído como um dos principais temas na atual agenda política marroquina. Em julho passado, uma célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" foi desmobilizada pelas forças de segurança marroquinas. As autoridades alegam haver já desmantelado 30 células locais e redes de recrutamento até ao momento, apenas em

2015. As forças de segurança estimam, ademais, que cerca de 1.400 marroquinos aderiram a grupos armados no Iraque e na Síria, cidadãos que, ao retornarem ao país, apresentam, potencialmente, elevado nível de periculosidade, no que diz respeito a seu possível envolvimento em atividades terroristas.

Política Externa

As reivindicações populares que atingiram o Norte da África, em 2011, têm imposto processo de atualização da política externa marroquina, a exemplo do que vem ocorrendo nos demais países da região. Ligado por amplos interesses econômicos, comerciais e geopolíticos com a União Europeia, os Estados Unidos e as monarquias do Golfo, o Marrocos, visto como foco de estabilidade em entorno regional conturbado, tem-se beneficiado do temor desses países com eventual expansão de movimentos islâmicos radicais, para obter cooperação e novos investimentos.

A partir da eclosão dos protestos de 20 de fevereiro de 2011, por outro lado, a necessidade de atender a crescentes demandas populares em matéria social e econômica tem orientado a política externa marroquina a buscar maior abertura ao relacionamento com os países do entorno regional, bem como com os grandes países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul tem sido crescentemente vista como meio de reduzir a dependência das grandes potências ocidentais e de promover maior equilíbrio nas relações externas do país. Nesse contexto, o Brasil é visto como parceiro privilegiado.

A despeito das atuais reorientações de rumo na política externa, o reconhecimento da soberania marroquina sobre o território do Saara Ocidental, definido pelo Rei Mohammed VI como "a primeira causa nacional", deverá permanecer o principal objetivo da atuação diplomática do país e continuar a ser fator relevante para o posicionamento marroquino em relação aos grandes temas da agenda internacional.

Estados Unidos da América (EUA)

O Marrocos mantém relações estratégicas com os EUA, que é visto como aliado especial no combate ao terrorismo, principalmente em razão do intercâmbio de informações entre os respectivos serviços de inteligência nacionais. Ambos os Governos possuem acordo de livre comércio desde 2004, ano em que a administração Bush concedeu o status de "aliado extra-OTAN" ao país, em razão de sua participação na "guerra contra o terrorismo", em particular contra células terroristas em atuação no território marroquino e em países do Magrebe e Sahel, entre as quais a "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Desde setembro de 2012, Marrocos e EUA mantêm "diálogo estratégico".

Em que pese o elevado grau de aproximação entre os dois países, as relações estremeceram-se em abril de 2013, quando, por iniciativa norte-americana, foi circulado projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para renovação do mandato da Missão das Nações Unidas para Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), com a inclusão de mecanismo de verificação dos direitos humanos no território saarauí. O Marrocos manifestou-se contrário ao dispositivo, alegando que o Conselho Nacional de Direitos Humanos, instância nacional marroquina com escritórios *in loco* no Saara Ocidental, já estaria plenamente capacitada a aferir eventuais violações de direitos humanos na região.

Em reação à proposta estadunidense, o Marrocos desencadeou ofensiva diplomática, que incluiu o cancelamento de exercícios militares conjuntos com os EUA, bem como o envio de emissários do Rei Mohammed VI a Moscou, Londres e Pequim para gestões contra a ampliação do mandato da Missão. Diante da ofensiva marroquina, o projeto estadunidense, atribuído a gestões feitas em Washington por ONGs de direitos humanos, não prosperou, tendo o mandato da MINURSO sido sucessivamente renovado (2013, 2014 e 2015) sem o referido dispositivo.

Passado esse momento de estremecimento, os dois países reafirmaram o caráter estratégico de seu relacionamento com a visita do Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, ao Marrocos, em novembro de 2014. A autoridade americana foi recebida pelo Rei marroquino em reunião que tratou de diversos aspectos da relação bilateral, como cooperação, combate ao terrorismo, o contexto regional do Sahel e a situação no Oriente Médio.

Europa

O Marrocos também investe no aprofundamento de suas relações com a Europa, principalmente com os países do Mediterrâneo. Com a **União Europeia (UE)**, origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais marroquinas, o país busca, principalmente, obter acesso preferencial aos mercados do bloco. O país africano dispõe de "*status* avançado" de associação, que lhe faculta tratamento aduaneiro preferencial e maior grau de acesso aos mercados de trabalho dos países da União Europeia. Desde 2000, vigora Acordo de livre-comércio entre Marrocos e União Europeia, que levou à desgravação tarifária de diversas linhas de produtos no intercâmbio Marrocos-União Europeia. Em fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu aprovou acordo de liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca com o Marrocos. Atualmente, encontra-se em negociação um Acordo de Livre Comércio "completo e aprofundado".

Marrocos e **França** mantêm associação político-diplomática em diversos temas da agenda multilateral, o que tem caracterizado as relações entre os dois países como uma "parceria de exceção". Apesar de haver perdido para a Espanha, em 2012, o posto de principal parceiro econômico-comercial marroquino, a França segue sendo considerada o principal parceiro político e cultural do Marrocos, sobretudo em função do apoio inequívoco dado por Paris às posições marroquinas no dossiê saarauí, sobretudo no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. A França tem declarado reiteradamente seu apoio à proposta marroquina de autonomia parcial do Saara Ocidental como base válida para as negociações em torno do status definitivo do território. O Marrocos, por sua vez, consagrou-se, desde a década de 1990, como o principal parceiro político da França no Magrebe, de modo que o país vem apoiando projetos políticos franceses na região, como é o caso da União do Mediterrâneo.

O Governo de François Hollande, de ideologia socialista, tem mantido a política de seu predecessor com respeito ao plano de autonomia marroquino para o Saara Ocidental, o que tem sido recorrentemente reafirmado no contexto visitas de alto nível entre os dois países. A partir de fevereiro de 2014, as relações Marrocos-França, passaram, contudo, por aprofundamento de tensão, motivado por sequência de episódios pontuais envolvendo o dossiê saarauí. No mais grave desses incidentes, instância isolada do Judiciário francês, ao arrolar-se competência de jurisdição universal, autorizou operação policial controversa, que interrompeu cerimônia realizada na residência oficial do Marrocos em Paris, para intimar membro da delegação do Ministro do Interior marroquino, de passagem pela capital da França, sob a denúncia de haver cometido crimes de tortura contra cidadãos saarauís. Na sequência, não obstante reiterados pedidos de desculpas de representantes do Governo francês, o Marrocos suspendeu sua cooperação judiciária com a França. As tensões entre os dois países somente foram definitivamente superadas com as visitas ao Marrocos do Chanceler francês Laurent Fabius, em março de 2015, e do Primeiro-Ministro Manuel Valls, em abril de 2015.

O relacionamento com a **Espanha** também se reveste de caráter estratégico para Rabat. Ademais de laços históricos, comerciais e políticos inextricáveis, a relação também se beneficia de laços de cooperação no domínio da segurança, sobretudo no combate ao terrorismo, crime organizado e imigração clandestina. Nos últimos anos, Marrocos e Espanha vêm buscando superar os temas capazes de provocar desentendimentos e desgastes no relacionamento bilateral, em particular a questão da disputa de soberania sobre as cidades de Ceuta e Melilla, dois territórios espanhóis encravados no território marroquino. As posições

espanholas quanto ao dossiê saarauí, igualmente, causam fricções entre os dois países, uma vez que a Espanha, última potência administradora do território, se mostra tradicionalmente sensível a interesses da população saarauí em exílio, sendo o maior doador para os campos de refugiados saarauís na Argélia.

Do ponto de vista espanhol, o Marrocos é percebido como importante parceiro para as empresas do país em busca de investimentos e de créditos. Marco recente do esforço espanhol de aproximação com o Marrocos foi a visita do Rei Felipe VI ao Marrocos, em julho de 2014. O Marrocos foi o primeiro país africano visitado pelo novo monarca espanhol, o que ressalta o caráter estratégico dos laços entre as duas nações. O vizinho ao sul constitui o primeiro destino para as exportações e investimentos espanhóis no continente africano e segundo parceiro comercial espanhol, após os Estados Unidos. Estima-se que a Espanha deverá, em breve, passar a ser o primeiro investidor estrangeiro no país. Madri busca, ainda, a cooperação de Rabat no repatriamento dos trabalhadores marroquinos residentes na Espanha (principal comunidade de estrangeiros no país).

Entorno regional

Sob os novos ventos da "Primavera Árabe", a diplomacia marroquina tem buscado intensificar suas relações com seu entorno regional, intensificando os contatos políticos de alto nível com os países vizinhos. Com relação à sua vizinha mais imediata, a **Argélia**, o relacionamento bilateral é tenso, sobretudo em razão de posições antagônicas dos dois Governos quanto à questão do Saara Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania, Argel é fervorosa defensora da realização de referendo com consulta sobre a possibilidade de independência do povo saarauí. O Governo argelino reconhece a República Árabe Saarauí Democrática (RASD) e apoia, inclusive financeiramente, a Frente Polisário, cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados "territórios liberados" do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Desde 1994, quando Rabat passou a exigir vistos de entrada para cidadãos argelinos em seu território, a fronteira terrestre entre Marrocos e Argélia encontra-se fechada. Embora a exigência de vistos tenha sido abolida por ambos os lados em 2004, a fronteira não foi reaberta.

Ainda que as divergências mais danosas às relações Marrocos-Argélia não tenham sido superadas, nos últimos anos, os dois países têm buscado manter relações mais cordiais, à luz da necessidade de enfrentar desafios comuns aos países da região, como o combate ao terrorismo e ao crime transnacional. O

principal desdobramento dessa aproximação foi a realização, em janeiro de 2012, de histórica visita do então Chanceler marroquino, Saad Eddine El-Othmani, ao país vizinho, a primeira de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia, desde 2003.

A persistência do impasse entre Marrocos e Argélia é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, organização com sede em Rabat, criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional, que é integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Se, até o advento da chamada "Primavera Árabe", o esvaziamento da UMA era patente, a onda de manifestações populares e os entendimentos obtidos por ocasião da visita de El-Othmani a Argel (janeiro de 2012), possibilitaram que, em fevereiro de 2012, fosse realizada histórica reunião de Chanceleres da UMA, em Rabat. A completa reativação do instrumento, contudo, ainda não se realizou. O Conselho de Chefes de Estado, órgão máximo da organização, permanece sem se reunir há mais de dezoito anos (última Cúpula foi realizada em Túnis, em abril de 1994). Para além das diferenças existentes no relacionamento entre Rabat e Argel, as dificuldades internas na Tunísia (principal promotora da reativação da UMA) e na Líbia são, na atualidade, os principais desafios à plena retomada dos trabalhos da UMA.

No que tange à **Tunísia**, há expectativa, cautelosamente otimista, de que o Governo recentemente formado naquele país (janeiro de 2015) possa dar impulso para a cooperação econômica e política regional, bem como contribuir para reduzir tensões associadas ao Saara Ocidental. Em fevereiro de 2012, o então Presidente da República tunisiano, Moncef Marzouki, realizou visita ao Marrocos (além de Argélia e Mauritânia) para dinamizar as relações bilaterais e a integração regional. Em junho de 2014, o Rei Mohammed VI reciprocou a visita, tendo sido essa a primeira viagem de um soberano marroquino à Tunísia pós-revolucionária. Na visão de analistas políticos tunisianos, um dos principais objetivos da visita do rei marroquino seria o de contrabalançar a crescente influência da Argélia sobre a Tunísia, no contexto pós-revolucionário.

Com relação à **Líbia**, o Marrocos, que sempre acusou Kaddhafi de haver apoiado e financiado a Frente Polisário ao longo de quatro décadas, acompanhou de perto todo o desenrolar do conflito no país, desde 2011. Em março daquele ano, por ocasião da votação da resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, o Marrocos acompanhou a posição da Liga Árabe, a favor da imposição de zona de exclusão aérea ao país prevista no texto da resolução. Contudo, à medida que se foi confirmando que a resolução estava sendo interpretada de maneira a permitir a realização de intervenção militar no país, o Marrocos posicionou-se de forma

crítica às ações da coalizão militar liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), responsável pela implementação da resolução. Na sequência, o Marrocos passou a integrar o Grupo de Contato sobre a Líbia, tendo manifestado disposição de contribuir com "operações de caráter estritamente humanitário" e com um futuro "processo de transição democrática" no país. Rabat reconheceu o Conselho Nacional de Transição (CNT), em agosto de 2011, e seu sucessor, o Conselho Nacional Geral (CNG), eleito em julho de 2012, como representantes legítimos do povo líbio.

A partir de 2014, com o agravamento da situação de segurança na Líbia, e o surgimento de dois governos no país, nenhum dos quais com controle sobre o território nacional, o Marrocos, seguindo a maior parte dos países árabes e da comunidade internacional, passou a reconhecer o Governo sediado em Tobruk como a autoridade legítima do país. Não obstante, por acreditar ser essencial a formação de um governo líbio com legitimidade nacional, Rabat passou a apoiar a mediação política entre as diferentes facções líbias, desenvolvida, desde setembro de 2014, sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Bernardino León. Após diversas rodadas de negociação que contaram com os bons ofícios, no nível regional, tanto da Argélia quanto do Marrocos, foi rubricado, na cidade de Skhirat, no Marrocos, acordo de paz entre o governo de Tobruk e importantes apoiadores do governo em Trípoli, que prevê a formação de um "governo de acordo nacional", na Líbia. O papel de Marrocos e Argélia na facilitação do diálogo entre as facções líbias tem recebido amplo reconhecimento da comunidade internacional.

No que concerne às relações com o **Egito**, com a destituição do Presidente Mohamed Mursi, em julho de 2013, a Chancelaria marroquina passou a enfrentar delicada situação de equilíbrio político, uma vez que o então Chanceler marroquino, El-Othmani, é membro do islamista PJD, enquanto o Rei Mohammed VI teria demonstrado satisfação com a derrocada dos islamistas egípcios. Em maio de 2014, Abdel Fatah Al-Sissi, foi eleito Presidente do Egito, com 96.9% dos votos válidos. Em janeiro de 2015, o Chanceler egípcio Sameh Shoukry realizou visita ao Marrocos, na qual foram tratados temas da agenda bilateral, como a próxima realização de sessão da Alta Comissão Mista bilateral. Na ocasião, o Chanceler Shoukry manifestou o apreço de seu país pela "unidade territorial do Reino do Marrocos", em menção clara à questão do Saara Ocidental.

África subsaariana

O Marrocos não integra a **União Africana** desde 1984, quando o organismo reconheceu e admitiu como país-membro a República Saarauí. Ainda assim, o Marrocos possui ampla rede de influência junto a numerosos Estados africanos, particularmente na **África Ocidental** (o Marrocos possui 27 Embaixadas residentes no continente).

O discurso oficial do Marrocos sobre a centralidade do continente africano para sua política externa tem encontrado expressões concretas em importantes investimentos na África Ocidental (especialmente no setor financeiro, em telecomunicações e em mineração), no intercâmbio cultural, educacional e religioso, na cooperação técnica, bem como na articulação com as forças de segurança e inteligência locais. Em 2015, o Rei marroquino realizou, pelo terceiro ano consecutivo, périplo por países africanos, o qual veio, mais uma vez, a confirmar a importância da África subsaariana para a estratégia marroquina de desenvolvimento e inserção internacional, bem como a renovada tentativa de converter amizades políticas em parcerias econômicas.

O Marrocos recebe fluxo constante de estudantes universitários africanos (cerca de cinco mil atualmente, a maior parte dos quais goza de incentivos marroquinos). Os laços religiosos são igualmente importantes, sobretudo pelos sítios de peregrinação sufista (especialmente na cidade imperial de Fez, 270 km a oeste de Rabat). Vale sublinhar que em suas visitas recentes a capitais africanas, o Rei Mohammed VI, que porta o título de "príncipe dos crentes", tem mantido encontros com dignitários religiosos. O Marrocos é, ademais, importante centro formador de pregadores, especialmente os da Costa do Marfim e do Senegal.

Rabat vê com preocupação, ademais, a deterioração do quadro de segurança na África Ocidental, em especial o avanço de grupos terroristas e do tráfico de drogas na região. Para Rabat, as recentes crises políticas em alguns países dessa parte do continente estariam relacionadas à existência de laços de cooperação entre redes criminosas de tráfico internacional de drogas, contrabandistas de armas e células terroristas ligadas à "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Essas redes promoveriam processos irredentistas com efeitos adversos para o conjunto dos países do Magrebe e do Sahel.

Oriente Médio

As estreitas relações com o Ocidente resultam, historicamente, em perfil por vezes discreto no que se refere às questões relacionadas ao Oriente Médio, como o conflito israelo-palestino. Não obstante, o Marrocos é membro ativo da

Liga dos Estados Árabes (mais conhecida como "Liga Árabe") desde 1958, e da Organização da Conferência Islâmica (OCI), desde 1969. No âmbito da OCI, o monarca marroquino preside o Comitê Al-Qods, criado em defesa do caráter islâmico da cidade de Jerusalém. Rabat sedia também a "Organização Islâmica para a Educação, a Ciência e a Cultura", a "ISESCO", instituição que mimetiza a UNESCO.

O Marrocos desempenha, de modo discreto, papel moderador na Liga Árabe. O Rei Mohammed VI tem manifestado desejo de encorajar evolução da Liga Árabe em direção a modelo de organismo regional com atribuições variadas, "inclusive na área de proteção a direitos humanos". O Marrocos teria interesse em viabilizar reformas no estatuto e na prática diplomática da Liga Árabe.

Em período recente, o Marrocos tem buscado maior envolvimento nas negociações de paz para o conflito israelo-palestino, o que se reflete em maior engajamento na "iniciativa árabe para a paz", no âmbito da Liga Árabe. O maior protagonismo marroquino tem levado em conta a nova correlação de forças no plano regional, após a eclosão, em 2011, dos movimentos contestatórios árabes, bem como inflexão na posição norte-americana para a região. Autoridades marroquinas também ressaltam a importância da comunidade israelense de origem marroquina, segunda mais numerosa em Israel, após a russa, como importante fator para seu envolvimento na questão. A diplomacia marroquina foi especialmente vocal na denúncia de Israel por ocasião da invasão no sul do Líbano (dez/2008) e quando da interceptação da flotilha humanitária que se destinava a Gaza (jun/2010). Também foi altamente crítica à ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza em julho de 2014. Nessa ocasião, classificou a ofensiva como "inaceitável, injustificável e condenável perante o direito internacional".

As relações com os países do Golfo, por sua vez, são importantes, sobretudo por seu componente econômico. Países como Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, têm investido no Marrocos nos últimos anos, devido à estabilidade política do país e sua proximidade com o continente europeu. A existência de interesses econômicos convergentes tem-se traduzido, segundo analistas, em gestos políticos relevantes. Exemplo dessa interconexão entre interesses econômicos e políticos seria o rompimento de relações diplomáticas com Teerã, em março de 2009, em resposta a supostas ingerências de autoridades iranianas sobre o Barém. O Marrocos foi admitido, em 2011, como membro associado do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), instância de cunho político e econômico que reúne as monarquias do Golfo Pérsico. Avalia-se que o sistema monárquico marroquino, bem como os acontecimentos políticos em curso no Oriente Médio e norte da

África, teriam incentivado o convite ao Marrocos, país que se tem mantido relativamente à margem das rebeliões antigovernistas regionais.

Mais recentemente, o autointitulado "Estado Islâmico" passou a ser definido como "ameaça de segurança" pelo Marrocos. Em 2014, o grupo terrorista divulgou vídeo no qual jihadista marroquino realiza ameaças contra o Rei Mohammed VI. No início de 2015, caças F-16 marroquinos, em operação sob o comando de forças militares dos Emirados Árabes Unidos, realizaram bombardeios aéreos contra posições do Estado Islâmico no Iraque. No plano doméstico, o Marrocos tem realizado operações de segurança a fim de desmobilizar células terroristas potencialmente associadas ao grupo.

Turquia e China

As relações com a Turquia destacam-se por sua vertente econômica. Desde a entrada em vigor de acordo de livre comércio entre os dois países, em 2006, o intercâmbio comercial mais que decuplicou, passando de US\$ 127 milhões, em 2005, para US\$ 2,22 bilhões, em 2014. O déficit no saldo comercial com a Turquia, contudo, chegou a US\$ 1,13 bilhão no mesmo ano. Em contrapartida ao desequilíbrio comercial, os investimentos de companhias turcas no Marrocos têm-se elevado, em especial nas áreas de construção e infraestrutura. O estoque de investimentos turcos no país, atualmente, é da ordem de US\$ 250 milhões.

O Marrocos busca ampliar o escopo de sua atuação diplomática mediante a intensificação das relações com o Extremo Oriente, especialmente com a China. O valor do intercâmbio comercial entre os dois países em 2014 alcançou US\$ 3,4 bilhões. Desse montante, US\$2,9 bilhões constituíram-se de exportações chinesas e US\$519 milhões de exportações marroquinas. Assim, o resultado do comércio bilateral favorece, sobretudo, o país asiático, atualmente o quarto maior parceiro comercial do Marrocos. Por sua vez, o Marrocos é o segundo maior parceiro chinês na África. Em novembro de 2014, Marrocos e China assinaram mais de 30 acordos de cooperação econômica.

América Latina

A América Latina também consta entre as prioridades da política externa marroquina. Em maio/2010, Ministro e Secretário-Geral da Chancelaria marroquina realizaram visitas simultâneas a países da região, com o objetivo de dar novo impulso ao intercâmbio econômico e comercial bilateral e reforçar a

coordenação em instâncias internacionais, especialmente no âmbito da ASPA e da ASA. O governo do atual primeiro-ministro atribui grande importância à cooperação Sul-Sul e manifesta a intenção de aprofundar os vínculos com os países latino-americanos, em particular com o Brasil.

Em 2014, autoridades marroquinas realizaram visitas a países latino-americanos e participaram de conferências regionais. O país tornou-se membro-observador do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e da Aliança do Pacífico.

Cabe ressaltar a reaproximação ocorrida entre o Marrocos e o Paraguai, país que, em janeiro de 2014, retirou o reconhecimento diplomático à República Saaraui.

Ainda em 2014, também houve visita do chanceler marroquino ao Peru, em comemoração aos 50 anos das relações diplomáticas entre os países. Nessa ocasião, os chanceleres anunciaram que iriam estabelecer acordo de "associação estratégica". Ainda afirmaram que tentarão negociar um acordo de livre-comércio.

O Marrocos tem buscado ampliar sua presença na região com vistas a conter o avanço da atividade política e diplomática da República Saaraui na América Latina.

Economia

Em 2014, o Marrocos foi a 61ª economia mundial, com PIB nominal de US\$109,2 bilhões. Sua economia, concentrada no setor de serviços (responsável por 61,1% do PIB nacional), seguida pelo setor industrial (24,9% do PIB) e agrícola (14%), tem como principais atividades a indústria têxtil e manufatureira, a pesca, a extração e processamento de minerais e a agricultura. O país, ademais de possuir grandes riquezas minerais (minério de ferro, cobre, chumbo, zinco e manganês), é o terceiro maior produtor e primeiro exportador mundial de fosfato e tem planejado ampliar a extração desse mineral.

Segundo dados do FMI, o Marrocos completou, ao final de 2014, dezessete anos consecutivos de expansão econômica. Em 2010, o país cresceu 3,6% e, em 2011, o crescimento foi de 4,9%. No biênio seguinte, o país logrou expansão de 2,7%, em 2012, e de 4,4%, em 2013. A última avaliação do FMI sugere que o Marrocos continuou registrando comportamento positivo em 2014,

ano em que registrou crescimento de 2,9%. O PIB nominal marroquino atingiu US\$ 109,2 bilhões em 2014, e o PIB per capita local foi de US\$ 3.291.

A economia marroquina parece ter tomado particular fôlego no primeiro semestre de 2015. A inflação manteve-se sob controle, por volta dos 2%, assim como se reduziram os défices fiscal e da conta corrente, o que favoreceu o crescimento das reservas internacionais. O banco central marroquino prevê crescimento da ordem de 5% em 2015, devido ao incremento de 15% da produção agrícola e de 3,5% das atividades não agrícolas no primeiro semestre do ano em curso, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O FMI também estima que o país continuará a apresentar taxas positivas de expansão da economia. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é em torno de 4,5% a.a. O índice em apreço deverá encontrar amparo nas transferências de marroquinos residentes no exterior, bem como nos fluxos de investimento dos países do Golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait). O turismo receptivo, importante componente da matriz econômica, declinou nos últimos anos, em razão do desaquecimento do nível de atividades na União Europeia, principal fonte de turismo emissivo para o Marrocos. O bom desempenho do setor agrícola, que abriga parte substantiva da população economicamente ativa, tem sido determinante para o bom desempenho geral da economia marroquina.

A economia marroquina é altamente vulnerável a fatores exógenos, sobretudo a:

a) variações no desempenho da economia europeia, que exercem impacto direto sobre as principais exportações do país, o influxo de turistas estrangeiros e as remessas de divisas de expatriados, responsáveis por cerca de 8% do PIB nacional (o equivalente a 20% da força de trabalho doméstica está empregada na Europa);

b) flutuações nos preços das commodities, especialmente dos fosfatos, uma das principais exportações marroquinas; e

c) os preços do petróleo e do gás, uma vez que o país é dependente de importações de hidrocarbonetos, sua principal fonte energética (cerca de 80% do consumo de eletricidade no país provém de geradores térmicos).

Preocupada em promover o crescimento inclusivo da população, a coalizão governista atual vinha, desde 2011, ampliando gastos sociais e com infraestrutura. De fato, a pobreza e o desemprego constituem os principais desafios econômicos do Marrocos, onde cerca de 10% da população vive abaixo da linha de pobreza e cerca 10% da população economicamente ativa encontra-se desempregada. O desemprego é maior entre os jovens portadores de diploma (15%). Ainda são esperadas medidas para adaptar o sistema educativo às demandas das empresas, assim como o aumento do nível de escolaridade dos

jovens em geral, e das meninas, em particular. Com esse objetivo, o rei marroquino instituiu, em julho de 2014, o Conselho Superior da Educação, da Formação e da Pesquisa Científica.

Com vistas a satisfazer as demandas populares, o Governo mantém histórica política de subsídio aos principais bens de consumo (combustíveis, trigo, óleo comestível, açúcar), a qual representa cerca de 7% do PIB marroquino, e contribui para o déficit público do país. Dessa forma, em 2015, o PJD, após vários anos de défices fiscal e externo crescentes, tem trabalhado para introduzir reformas fiscais sensíveis, consubstanciadas, sobretudo, em cortes nos subsídios de combustível. Esses cortes já ensejaram a diminuição de cerca de 1% do gasto total com subsídios em termos do PIB. O governo ainda deverá suspender as subvenções aos cereais, ao açúcar e ao gás de cozinha. Para tanto, tenta-se aprofundar a distribuição de renda aos mais necessitados, por intermédio de programas sociais, sobretudo nas áreas de saúde e de educação.

A despeito de tentativas governamentais de diversificar a economia, o crescimento do PIB tende a refletir, em grande medida, as variações no setor agrícola, responsável por 40% do emprego da população economicamente ativa do país. As principais culturas são o trigo, a cevada e o milho. Nos últimos anos, o Marrocos tem avançado em direção à autossuficiência agrícola, mas depende, ainda que em menor grau, de importações de produtos de origem animal e de cereais para satisfazer sua demanda interna.

A indústria pesqueira marroquina, por sua vez, é beneficiada por litoral excepcionalmente piscoso. No entanto, o país não possui frota pesqueira e indústrias de processamento suficientes para se beneficiar plenamente de seus recursos marítimos. Acordo firmado com a União Europeia, em 1996, autorizava barcos pesqueiros, em sua maioria espanhóis, a pescarem em águas marroquinas. Em dezembro de 2011, o Parlamento Europeu decidiu-se por não renovar o acordo de pesca provisório, firmado em fevereiro do mesmo ano. Contudo, novo acordo sobre o tema foi assinado entre as partes em julho 2013, o que permitiu o retorno de 120 navios europeus às águas territoriais do Reino. Ademais, o Marrocos deverá se beneficiar da liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca, prevista em acordo aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 2012.

As indústrias marroquinas dedicam-se principalmente ao processamento de produtos primários ou de manufaturas de baixo valor agregado. Entretanto, há no Marrocos algumas indústrias mecânicas e montadoras de automóveis instaladas na zona industrial de Casablanca, cuja produção destina-se, sobretudo, aos mercados europeus. Por outro lado, o país conta com um extenso parque de

indústrias no setor de fertilizantes e produtos químicos, aproveitando-se das grandes jazidas minerais (fosfato, enxofre, cálcio) disponíveis em seu território.

O setor bancário tem-se desenvolvido rapidamente, com base em estímulos governamentais e investimentos estrangeiros, provenientes, sobretudo, dos países do Golfo Pérsico. Nos últimos anos, o Marrocos tem atraído investimentos da ordem de US\$ 500 milhões a US\$ 2 bilhões por ano. O país integra a lista de principais destinos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na África. O rápido crescimento no volume de IEDs entre 2002 e 2006 – período em que esse tipo de investimento saltou de US\$ 79 milhões para US\$ 2,7 bilhões – pode ser atribuído ao programa de privatizações e concessões de serviços públicos, conduzido pelo Governo marroquino.

Assim como os demais países da África do Norte, o Marrocos sofreu drástica redução no volume de investimento estrangeiro direto (IED), após a crise financeira que se abateu, em 2008, sobre alguns de seus principais investidores externos, particularmente os países do Golfo Pérsico e da Europa. Os principais países investidores no Marrocos são França, Kuwait, Bélgica, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Suíça, Alemanha e Itália. Os setores econômicos privilegiados para IED são construção civil, turismo, serviços bancários, mineração, obras e serviços públicos, telecomunicações, geração de energia de fontes renováveis e transportes. O Marrocos espera retomar os níveis anteriores de investimentos estrangeiros diretos, atraindo investimentos chineses nas áreas de logística e de instalações portuárias. Para a China, o Marrocos poderia tornar-se uma central de distribuição de produtos para a Europa e para outros países africanos.

No tocante à política monetária, o contexto caracterizado por inflação baixa, crescimento relativamente modesto e demanda interna e externa enfraquecidas levou o Banco Central marroquino a diminuir a taxa de juros para 2,5%. Essa medida de facilitação de acesso ao crédito será acompanhada de programa visando a estimular o empréstimo bancário ao setor privado, enquanto se mantêm a inflação em baixa e o controle de preços ao consumidor. No que diz respeito à política financeira, uma lei bancária aprovada pelo Parlamento em novembro de 2014 reforçará a regulação, a supervisão e a capacidade em absorver choques econômicos e financeiros, tanto interna quanto externamente.

No campo do turismo, importante setor da economia marroquina, as receitas caíram 6,6% apenas no primeiro semestre de 2015, refletindo as preocupações com a insegurança no Norte da África, bem como a continuação da incerteza econômica na zona do euro. O plano "Visão 2020", lançado em fevereiro de 2015, pretende dobrar o influxo de turistas estrangeiros em dez anos.

A política econômica governamental vem desenvolvendo programas de modernização da economia que contemplam a revitalização da infraestrutura urbana e rural e investimentos em educação e saúde. Planos como o "Marrocos Verde" foram designados para incrementar a produtividade dos setores agrícola e pesqueiro, respectivamente. O plano "Marrocos Verde" rendeu ao país, juntamente com Chile e China, prêmio da FAO, em junho de 2014, por ter alcançado o primeiro Objetivo do Milênio para o Desenvolvimento, relativo ao combate à fome.

Os setores de pesquisa e alta tecnologia também constam entre as principais prioridades do Governo. São de vital importância para o país os investimentos em fontes renováveis de energia, tendo em vista a necessidade reduzir-se a dependência das importações de hidrocarbonetos. O "Programa Integrado de Energia Solar", anunciado em 2009, constitui um dos eixos principais da estratégia energética marroquina, cujo ambicioso objetivo é o de prover, a médio e longo prazos, pelo menos 42% das necessidades energéticas com fontes renováveis.

No comércio externo, a balança comercial é cronicamente deficitária, mesmo à luz do bom desempenho das vendas externas nos últimos anos. Nessas condições, em 2014, o déficit marroquino em transações comerciais de bens somou US\$ 22,2 bilhões, com redução de 4,4% sobre o saldo negativo de 2013. É válido ressaltar, a respeito, que a atual tendência de queda nas cotações internacionais do petróleo e derivados deve contribuir para a redução do déficit global da balança comercial do Marrocos, com efeitos positivos sobre a economia em geral. A este respeito, cabe recordar que, no acumulado até março de 2015, o déficit comercial do país limitou-se a US\$ 3,7 bilhões, com sensível redução de 41,8% sobre a cifra apurada em igual período do ano anterior.

Ao longo dos últimos dez anos, as exportações marroquinas de bens cresceram 112%, evoluindo de US\$ 11,2 bilhões, em 2005, para US\$ 23,7 bilhões, em 2014. No acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram decréscimo de 4,8% sobre o montante relativo a igual período do ano anterior. Ainda no que tange aos resultados de 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para a oferta marroquina: Espanha (participação de 21,8%); França (20,5%); Brasil (4,7%); Itália (4,3%); Estados Unidos (3,6%); Índia (3,6%); Reino Unido (2,9%). O Brasil ocupou a terceira posição entre os mercados para produtos marroquinos, graças, sobretudo, às maciças importações brasileiras de adubos, fertilizantes e combustíveis.

Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais produtos da pauta global de exportação do Marrocos: máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (15,9% do total); artigos de vestuário, de malha ou não (13,9%);

veículos e autopeças (10,3%); adubos e fertilizantes (8,7%); produtos químicos inorgânicos (6,5%); cal, cimento e enxofre (5,5%); combustíveis e lubrificantes (5,0%); pescados (4,3%).

Alguns setores não tradicionais despontam, como a exportação de carros, graças ao investimento da Renault e outras empresas europeias na zona franca do porto de *Tanger-Med*, em Tânger, que gerou aproximadamente US\$ 207 milhões de vendas ao exterior de automóveis de passeio no primeiro semestre de 2012, e cresce rapidamente. Outro setor é o aeronáutico (sobretudo montagem de conjuntos, cabeamentos e manutenção), igualmente concentrado naquela zona franca. Nos primeiros meses de 2015, os setores aeronáutico, automobilístico e agrícola cresceram 11%. Ademais, a exportação de fosfatos cresceu 22%.

As importações marroquinas de bens cresceram 121% nos últimos dez anos, tendo em conta que passaram de US\$ 20,8 bilhões, em 2005, para atingir o nível de US\$ 45,9 bilhões, em 2014. No que tange ao acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram forte retração de 23,9% sobre o valor da mesma base temporal do ano anterior. Essa retração pode ser explicada pela queda do preço do petróleo e pela colheita recorde de trigo, produto básico da culinária marroquina.

Em termos geográficos, os sete principais fornecedores de bens ao Marrocos em 2014 foram: Espanha (13,4% de participação no total importado pelo país); França (13,3%); China (7,7%); Estados Unidos (7,2%); Arábia Saudita (5,4%); Alemanha (5,2%); Itália (5,0%). O Brasil foi o 18º supridor do Marrocos, detendo participação de 1,2% no total das importações do país.

Em relação à composição da demanda marroquina, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados no ano passado: combustíveis e lubrificantes (23,9% do total importado); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (8,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,4%); veículos e autopeças (7,2%); cereais (4,6%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); ferro fundido, ferro ou aço (3,1%).

Saara Ocidental

O Saara Ocidental é um território desértico de 266.000 km², situado no extremo noroeste do continente africano. Com uma população de 513 mil habitantes, é uma das regiões menos povoadas do planeta. A região é rica em

fosfatos e recursos pesqueiros e, especula-se, pode também com reservas de petróleo e gás.

Desde a década de 1960, a questão do Saara Ocidental tem sido tratada no âmbito das Nações Unidas, no contexto do processo de descolonização do continente africano. Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas, motivada por solicitação marroquina, confirmou o "direito inalienável do povo saarauí à autodeterminação" (Resolução nº 2.229), exortando a Espanha a realizar um referendo sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em 1974, por iniciativa do Marrocos, que oficialmente reivindicava o território desde 1957, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em decisão proferida em outubro de 1975, a Corte Internacional de Justiça respondeu que o Saara Ocidental não era "*terra nullius*" ("terra sem dono") à época de sua colonização pela Espanha, e que pertencia a seus habitantes, os saarauís.

Em novembro de 1975, o Marrocos lançou a "Marcha Verde", campanha militar com o objetivo de ocupar a região do Saara Ocidental. A campanha desencadeou hostilidades entre o Exército marroquino e a chamada "Frente Polisário" – movimento independentista que desde 1973 lutava pela "libertação do povo saarauí".

Ainda em novembro de 1975, a Espanha firmou com Marrocos e Mauritânia o Acordo de Madri, pelo qual a Espanha se retirava do Saara Ocidental em troca da manutenção de concessões para exploração de pesca e fosfato em sua antiga colônia. Estabeleceu-se o controle repartido do território entre o Marrocos, ao norte, e a Mauritânia, ao sul.

A disputa pelo controle territorial do Saara Ocidental transformou-se em guerra envolvendo Mauritânia, Marrocos e a Frente Polisário – que, em fevereiro de 1976, proclamou a "República Árabe Saarauí Democrática", mais conhecida pela sigla RASD ou, simplesmente, como "República Saarauí".

Em 1979, a Mauritânia acabou por retirar-se do território saarauí. O Marrocos, então, passou a exercer controle de fato sobre a maior parte do Saara Ocidental, incluindo todas as suas principais cidades, enquanto prosseguia luta de independência capitaneada pela Frente Polisário.

Com vistas a solucionar pacificamente o impasse, o Conselho de Segurança da ONU patrocinou um acordo de cessar-fogo, em 1991, e criou a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Divergências entre o Marrocos e a Frente Polisário quanto à delimitação dos

participantes do referendo impediram, contudo, a realização do pleito que definiria o *status* final do território em disputa.

Mais de vinte anos após o estabelecimento da MINURSO, continua hoje pendente de solução a questão do exercício da autodeterminação do povo saarauí. A realização de um referendo deixou inclusive de ser explicitamente mencionada nas sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU de renovação do mandato da MINURSO.

A posição essencial do Marrocos é que o Saara Ocidental deve permanecer sob sua soberania, gozando, entretanto, de autonomia para a condução da administração local, com base no modelo de "regionalização avançada", lançado pelo Rei, em 2010, e incorporado na nova Constituição de 2011. A Frente Polisário, por sua vez, continua a exigir referendo popular sobre o status político do território que incluía a opção de independência.

Há anos realizam-se rodadas formais e informais de negociações sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas. Nenhuma das partes aceita, contudo, a proposta da outra como base única para as negociações.

Entre maio e agosto de 2012, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Saara Ocidental, o norte-americano Christopher Ross, esteve impedido de exercer suas funções por voto de desconfiança marroquino. Após apelo do Secretário-Geral da ONU ao Rei Mohammed VI, o Enviado Especial pôde voltar às suas atividades.

Em relatório apresentado ao Conselho de Segurança em abril de 2013, o Secretário-Geral Ban Ki-moon reiterou a necessidade de monitoramento da situação de direitos humanos no Saara Ocidental pela MINURSO. Em consonância com esse relatório, em meados de abril, os EUA apresentaram minuta de resolução do Conselho de Segurança que outorgaria à MINURSO mandato na área dos direitos humanos. O tema suscitou firme oposição por parte do Marrocos, que, após reunião do Gabinete da Corte Real marroquina de 19 de abril, comunicou sua rejeição categórica à proposta. De acordo com o a declaração do Marrocos, a adoção da medida pelo Conselho de Segurança colocaria em risco a continuidade das negociações e ameaçaria a estabilidade regional.

Após consultas com o Governo marroquino, os Estados Unidos apresentaram nova minuta de resolução tendo retirado a parte de monitoramento dos direitos humanos. Assim, o mandato da MINURSO foi renovado por resoluções de 2014 e 2015, sem qualquer mudança substancial em relação às resoluções dos anos anteriores, inclusive no que diz respeito ao monitoramento dos direitos humanos, que não foi adicionado às responsabilidades da missão. A

Resolução 2218, última sobre o tema, aprovada em 28 de abril de 2015, prorrogou o mandato da MINURSO e não conteve alterações significativas.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, a questão do Saara Ocidental é tratada no Comitê Especial de Descolonização (G-24), órgão subsidiário da Comissão de Política Especial e Descolonização. Todos os anos, resolução sobre o tema é adotada por consenso, após árduas negociações entre os países que apoiam o lado marroquino e aqueles que apoiam a Frente Polisário (liderados pela Argélia).

O Brasil tem defendido uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para a questão saarauí, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções da Organização das Nações Unidas acerca do tema. O Governo brasileiro acredita que uma solução duradoura somente poderá ser alcançada por meio do fortalecimento da confiança mútua e da negociação entre as partes.

O Brasil favorece o tratamento multilateral à questão. No último mandato em que esteve como membro no Conselho de Segurança da ONU (biênio 2010/2011), o Brasil buscou contribuir para o avanço das tratativas, bem como favorecer progresso no tratamento do tema, inclusive quanto ao aspecto dos direitos humanos do povo saarauí.

Atualmente, dez observadores militares brasileiros integram a Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO). Em janeiro de 2015, o Major Intendente Adriano Maia Ribeiro de Azevedo, da Força Aérea Brasileira, assumiu o comando de uma base da Missão da ONU no Saara Ocidental, na vila de Tifariti.

Cooperação humanitária direcionada ao povo saarauí

Até que um acordo definitivo seja alcançado, o Governo brasileiro considera indispensável velar pelo bem-estar da população saarauí e assegurar-lhe o apoio de natureza humanitária. A cooperação humanitária prestada pelo Brasil ao povo saarauí se dá pelas vias multilaterais, em benefício dos campos de refugiados saarauís localizados no território argelino.

Em julho de 2010, o Governo brasileiro realizou doação de US\$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas para a compra de bens considerados prioritários para a segurança alimentar e nutricional dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em Tindouf.

Em setembro de 2012, o Governo brasileiro realizou nova doação de US\$ 120 mil ao ACNUR (Agência da ONU para refugiados) a fim de apoiar as atividades da organização em benefício dos refugiados saarauís. Em março de 2014, o Brasil concluiu doação de cerca de duas mil toneladas de arroz, para a

operação prolongada de socorro e recuperação, desenvolvida com refugiados do Saara Ocidental pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), na Argélia. Em 2015, o Brasil anunciou nova doação, de 1.080 toneladas de feijão e 450 toneladas de arroz, igualmente por meio do PMA, para atendimento de refugiados saarauís nos campos de Tindouf.

Anexos

Cronologia da Política Interna do Marrocos

Século VII	Árabes conquistam a região que constitui hoje o Marrocos, tradicionalmente habitada por povos berberes; introdução do Islã e da língua árabe.
Século XII	A dinastia berbere dos Almóadas domina o país, e parte para conquistas na Península Ibérica.
Século XIII	Declínio dos Almóadas.
Século XVI	Invasores otomanos, vindos da Argélia, tentam conquistar Marrocos, mas são rechaçados.
1578	Marrocos derrota as forças portuguesas na Batalha de Alcácer-Quibir, em que desaparecerá o Rei D. Sebastião; pelos próximos três séculos as potências europeias não realizarão incursões contra o território marroquino.
Século XVII	Início da dinastia alauita, que ainda reina sobre o país.
1830	Marrocos se envolve na guerra franco-argelina, mas se retira após protestos franceses.
1859	Guerra com a Espanha pelos territórios de Ceuta e Melilla.
1906	Conferência de Algeciras media disputa franco-germânica pelo Marrocos, e enfraquece o poder do sultanato local.
1912	Início do protetorado francês sobre o Marrocos.
1955	Início do reinado de Mohammed V.
1956	Independência do Marrocos.
1961	Morte de Mohammed V. Início do reinado de Hassan II; período de instabilidade política.
1991	A "Marcha Verde", promovida por Hassan II, ocupa o Saara Ocidental.
1991	O Reino do Marrocos e a Frente Polisário assinam um acordo de cessar-fogo. Iniciam-se as operações da Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO), que são prorrogadas sucessivamente até os dias de hoje.
1999	Morte de Hassan II; assume Mohammed VI.
2003	Normalização das relações com a Espanha, após impasse sobre a ilha de Perejil, situada no Estreito de Gibraltar.
2007	Marrocos lança o seu plano de autonomia para o território do Saara Ocidental, rejeitado pela Frente Polisário.

2011	Após diversas manifestações populares nas principais cidades do país, o Rei Mohamed VI anuncia projeto de reforma da Constituição voltado à descentralização do poder e o fortalecimento das instituições democráticas.
2011	Criação, em março, do "Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH", que substitui o "Conselho Consultivo dos Direitos Humanos - CCDH", instância criada no final do reinado de Hassan II.
2011	Atentado terrorista em restaurante em Marraquexe. Autoria atribuída a três cidadãos marroquinos.
2011	Conclusão, em 17 de junho, dos trabalhos da Comissão de revisão constitucional. Fulcro da reforma reside na reformulação dos artigos 19 e 23 da Carta anterior, os quais conferiam poderes absolutos ao monarca em ambas as dimensões de líder religioso e político.
2011	Constituição aprovada em referendo popular, em 1º de julho, por ampla margem de votos. Alto índice de participação popular representa significativo respaldo ao monarca.
2011	Realização de eleições legislativas, em 25 de novembro. Vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD) e nomeação de Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro.
2012	Formação de coalizão governista, em janeiro, composta pelos partidos PJD, Partido Istiqlal (PI), Movimento Popular (MP) e <i>Parti du Progrès et du Socialisme</i> (PPS).
2013/julho	PI abandona coalizão governista, com pedido de demissão de seus cinco ministros compondo o gabinete.
2013/outubro	É composto o novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.
2015/maio	Renovação ministerial após a demissão de quatro ministros. Para a pasta da Juventude e dos Esportes, nomeação do Ministro Mohand Laenser, Secretário-Geral do Movimento Popular; para a função de Ministro-Adjunto da Educação Nacional e da Formação Profissional, opção pelo Khalid

	Berjaoui, também do MP; a Deputada Jamila Mossali, do PJD, assumiu a função de Ministra-Adjunta do Ensino Superior, da Pesquisa Científica e da Formação de Quadros; e o Deputado Abdelaziz el Omari foi escolhido para a pasta de relações com o Parlamento.
2015/julho	Desmobilização de célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" pelas forças de segurança marroquinas
2015/setembro	Realização de eleições para os conselhos municipais e regionais, e subsequentemente, eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas.

Cronologia das Relações Brasil-Marrocos

1963	Abertura da Embaixada do Brasil em Rabat.
1967	Abertura da Embaixada do Marrocos em Brasília.
1975	Assinatura do acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países.
1980	Visita do Primeiro-Ministro marroquino Maati Bouabide ao Brasil, em maio.
1984	Visita do Presidente João Figueiredo ao Marrocos, em abril.
1992	Visita do Chanceler Francisco Rezek ao Marrocos, em janeiro.
1992	Visita do Príncipe Sidi Mohammed ao Rio de Janeiro para participar da Rio-92, em junho.
1994	Visitas do Chanceler Celso Amorim em abril e outubro.
1999	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Abdellatif Filali, em fevereiro.
2004	Visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, em novembro; assinatura do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos.
2005	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Marrocos, em março.
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2008	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos, em Rabat, nos dias 24 e 25 de junho, com a presença do Chanceler Celso Amorim.
2009	Visita ao Marrocos do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, em janeiro.
2010	Realização, em Brasília, da I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos, em março.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Marrocos, do Ministro do Emprego e de Assuntos Sociais e do Ministro para o Artesanato e o Ministro do Comércio Exterior, em dezembro.
2011	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos, Youssef Amrani.
2011	Visita ao Marrocos do ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, Antonio Florence, acompanhado do Presidente da Embrapa e do Dr. José Graziano, então candidato ao cargo de DG-FAO. Assinatura do "Memorando de Entendimento entre Brasil e Marrocos sobre Cooperação em matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural".

2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota ao Marrocos.
2012	Visita ao Marrocos do Ministro da Defesa, Celso Amorim. Encontro com o novo Chanceler marroquino, Saad-Eddine El-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi.
2012	Visita ao Brasil do Presidente da Câmara dos Conselheiros do Marrocos, Mohamed Cheikh. Encontro com o então Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
2012	Participação da delegação marroquina, chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). À margem da conferência, encontro entre Benkirane e a Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES). Reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douriri, e o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.
2012	A Presidente da República, Dilma Rousseff, passa por Marraquexe, em escala técnica.
2013	Missão empresarial ao Marrocos, liderada pelo então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, para abrir o Fórum de Negócios Brasil-Marrocos.
2013	A Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), assina em nome do Brasil o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Saad-Eddine El-Othmani.
2013/dezembro	Visita ao Marrocos do Secretário-Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, em encontro com o Ministro de Transportes marroquino, Aziz Rabbah.
2014/janeiro	Visita ao Brasil do Chefe de Governo marroquino, Abdelillah Benkirane, por ocasião da posse presidencial da Presidenta da República.
2014/novembro	Visita ao Marrocos do Grupo Líderes Empresariais (LIDE), acompanhado do Governador de Goiás, Marconi Perillo, e do Senador Luiz Henrique da Silveira, em missão empresarial.
2014/novembro	Visita da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

2015/julho	Visita ao Brasil do Ministro do Equipamento, Transportes e da Logística do Marrocos, Azziz Rabbah.
2015/julho	Visita ao Marrocos do Senador Cristovam Buarque, para participar do colóquio "Forward to the Past: A New Second Cold War?"
2015/setembro	Missão oficial a Rabat de comitiva formada pelos Deputados César Halum (PRB/TO), Irajá Abreu (PSD/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Rosângela Gomes (PRB/RJ), Joaquim Passarinho (PSD/PA), Cleber Verde (PRB/MA), Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) e Evair de Melo (PV-ES), com o objetivo de visitar o Parlamento marroquino.

Atos Bilaterais EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	30/04/1975	17/05/1978
Acordo Cultural	10/04/1984	16/07/1991
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	10/04/1984	13/07/1990

Dados Econômico-Comerciais

Principais Indicadores Socioeconômicos do Marrocos

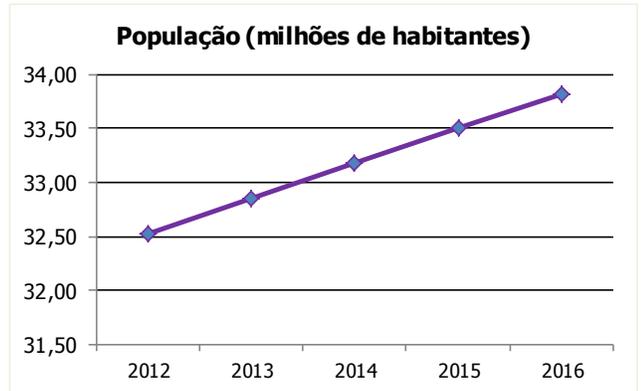
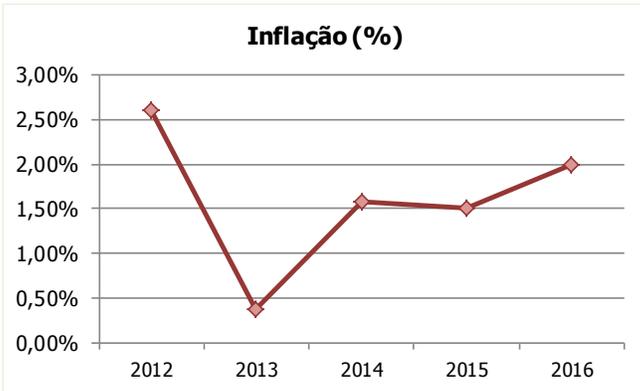
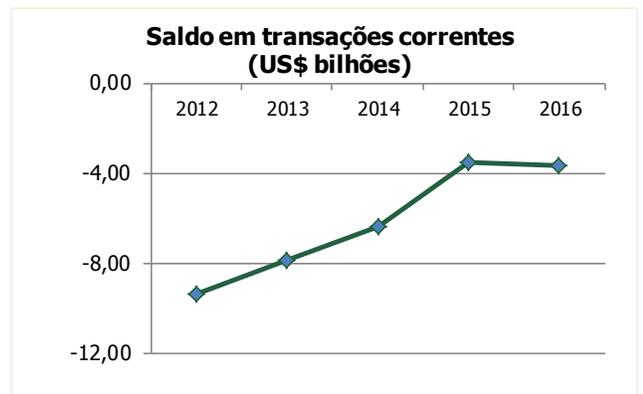
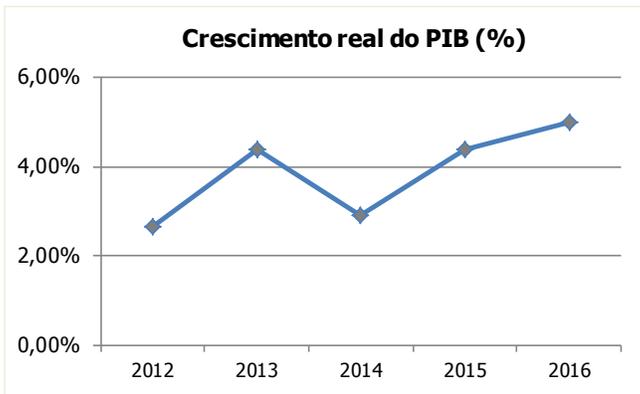
Indicador	2012	2013	2014⁽¹⁾	2015⁽¹⁾	2016⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,67%	4,38%	2,92%	4,37%	4,98%
PIB nominal (US\$ bilhões)	95,90	103,84	109,20	102,04	109,15
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.949	3.161	3.291	3.046	3.227
PIB PPP (US\$ bilhões)	228,13	241,68	252,37	265,72	283,12
PIB PPP "per capita" (US\$)	7.015	7.356	7.606	7.931	8.370
População (milhões de habitantes)	32,52	32,85	33,18	33,50	33,83
Desemprego (%)	8,99%	9,24%	9,14%	9,04%	8,94%
Inflação (%)	2,60%	0,38%	1,57%	1,50%	2,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-9,35	-7,87	-6,38	-3,49	-3,62
Dívida externa (US\$ bilhões)	33,82	39,26	45,59	45,95	47,35
Câmbio (Dh / US\$)	8,60	8,38	8,38	9,89	10,36

Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	14,0%
Indústria	24,9%
Serviços	61,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2015 e IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

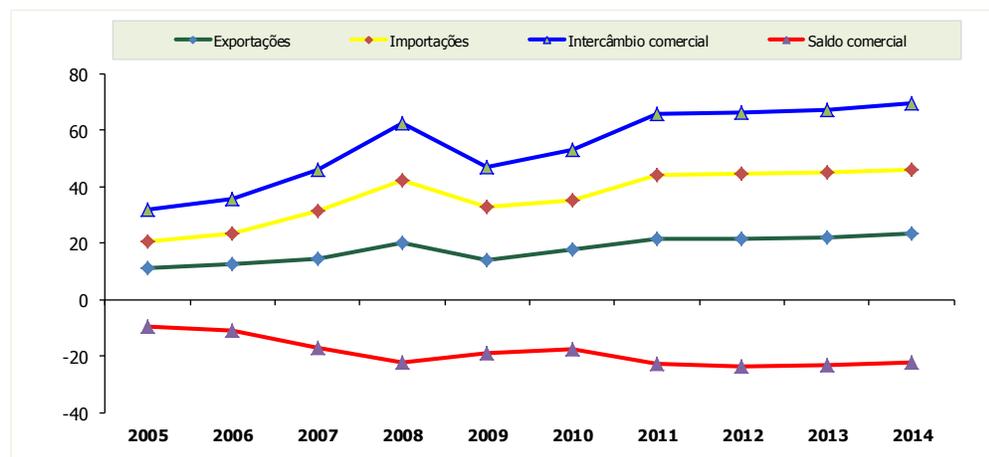
(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior do Marrocos
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	11,2	12,7%	20,8	16,7%	32,0	15,3%	-9,6
2006	12,5	12,0%	23,3	12,0%	35,8	12,0%	-10,8
2007	14,6	16,6%	31,7	35,8%	46,3	29,1%	-17,0
2008	20,3	39,0%	42,3	33,7%	62,6	35,4%	-22,0
2009	14,1	-30,7%	32,9	-22,3%	47,0	-25,0%	-18,8
2010	17,8	26,3%	35,4	7,6%	53,1	13,2%	-17,6
2011	21,7	93,6%	44,3	112,8%	65,9	106,1%	-22,6
2012	21,4	-1,1%	44,8	1,2%	66,2	0,4%	-23,4
2013	22,0	2,6%	45,2	0,9%	67,2	1,4%	-23,2
2014	23,7	7,9%	45,9	1,5%	69,6	3,6%	-22,2
2015(jan-mar)	5,66	-4,8%	9,37	-23,9%	14,98	-18,0%	-3,71
Var. % 2005-2014	111,8%	--	120,5%	--	117,5%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.*

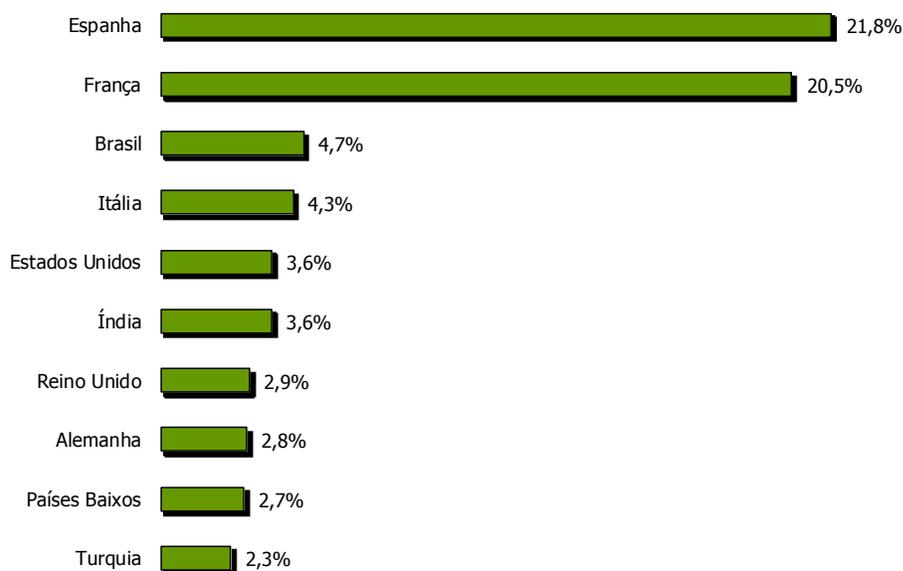


Direção das Exportações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	5.167	21,8%
França	4.863	20,5%
Brasil	1.104	4,7%
Itália	1.024	4,3%
Estados Unidos	859	3,6%
Índia	858	3,6%
Reino Unido	686	2,9%
Alemanha	666	2,8%
Países Baixos	645	2,7%
Turquia	544	2,3%
Subtotal	16.419	69,3%
Outros países	7.272	30,7%
Total	23.691	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais destinos das exportações

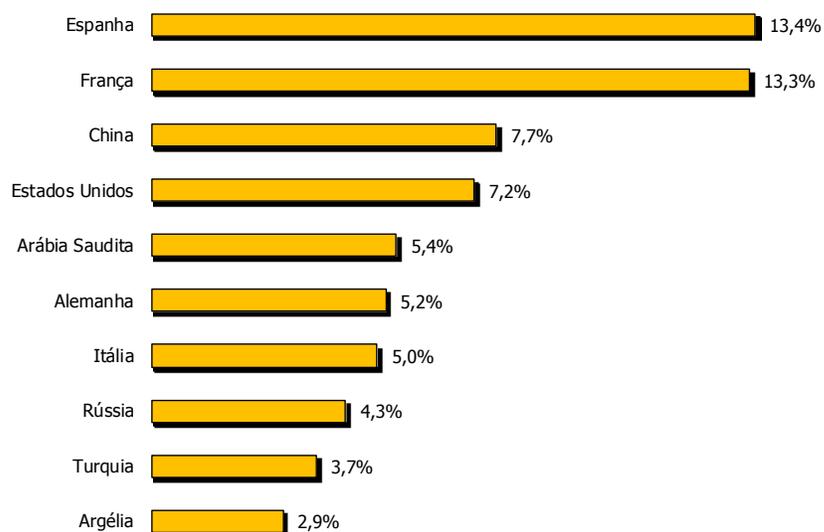


Origem das Importações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	6.146	13,4%
França	6.084	13,3%
China	3.511	7,7%
Estados Unidos	3.286	7,2%
Arábia Saudita	2.496	5,4%
Alemanha	2.388	5,2%
Itália	2.301	5,0%
Rússia	1.981	4,3%
Turquia	1.682	3,7%
Argélia	1.340	2,9%
...		
Brasil (18ª posição)	546	1,2%
Subtotal	31.759	69,2%
Outros países	14.120	30,8%
Total	45.879	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais origens das importações

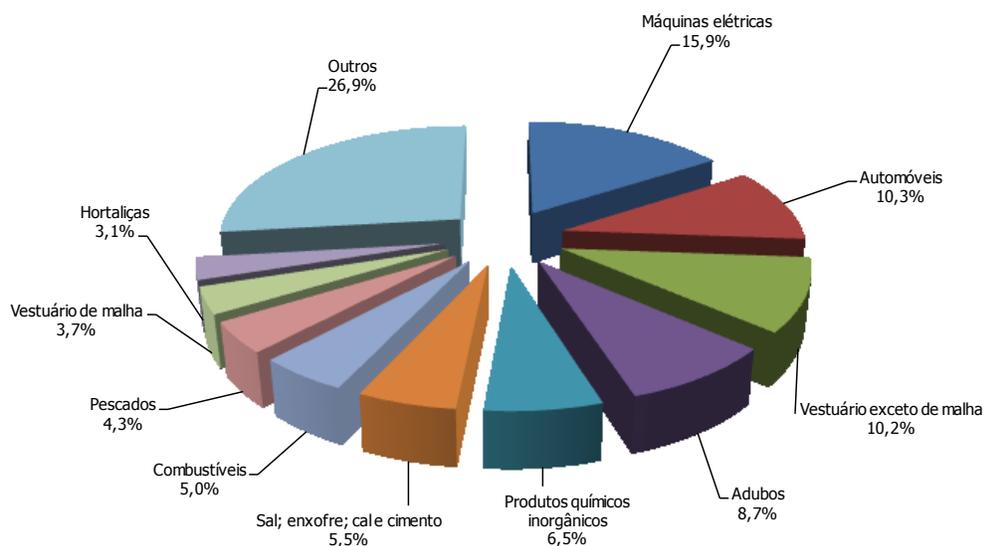


Composição das exportações do Marrocos US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	3.761	15,9%
Automóveis	2.441	10,3%
Vestuário exceto de malha	2.407	10,2%
Aubos	2.065	8,7%
Produtos químicos inorgânicos	1.533	6,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	1.299	5,5%
Combustíveis	1.195	5,0%
Pescados	1.015	4,3%
Vestuário de malha	876	3,7%
Hortaliças	734	3,1%
Subtotal	17.328	73,1%
Outros	6.363	26,9%
Total	23.691	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

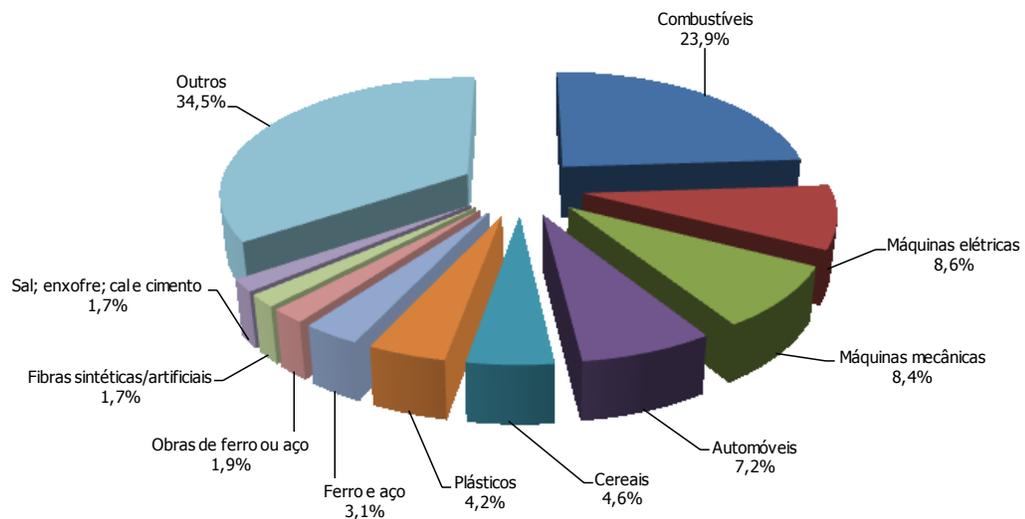


Composição das importações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	10.983	23,9%
Máquinas elétricas	3.942	8,6%
Máquinas mecânicas	3.855	8,4%
Automóveis	3.314	7,2%
Cereais	2.131	4,6%
Plásticos	1.943	4,2%
Ferro e aço	1.439	3,1%
Obras de ferro ou aço	891	1,9%
Fibras sintéticas/artificiais	780	1,7%
Sal; enxofre; cal e cimento	764	1,7%
Subtotal	30.042	65,5%
Outros	15.837	34,5%
Total	45.879	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais grupos de produtos importados

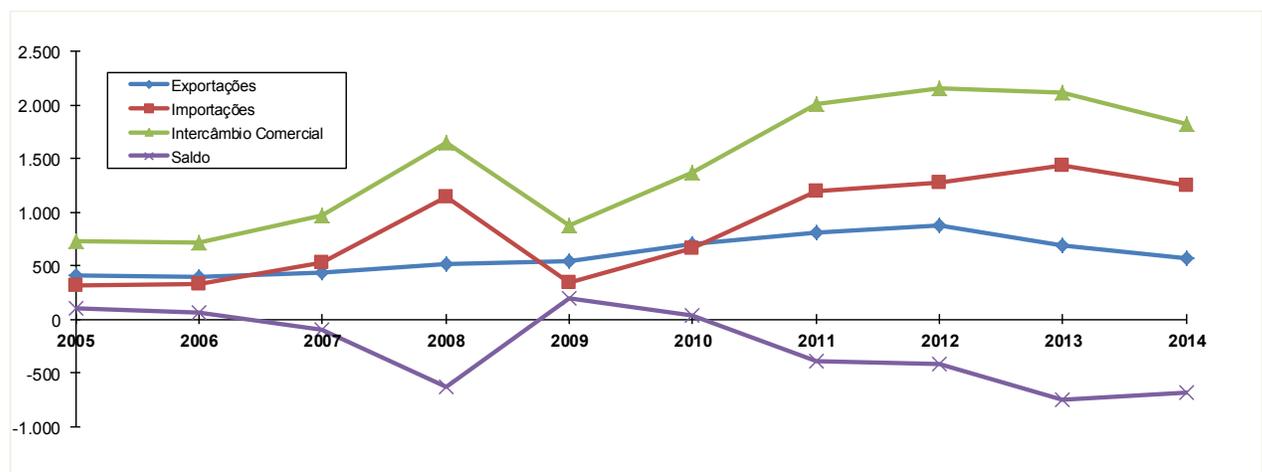


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Marrocos

US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	414	18,7%	0,35%	311	29,2%	0,42%	726	23,0%	0,38%	103
2006	392	-5,5%	0,28%	331	6,4%	0,36%	723	-0,4%	0,32%	60,3
2007	438	11,9%	0,27%	532	60,7%	0,44%	970	34,3%	0,35%	-94,3
2008	511	16,7%	0,26%	1.144	114,9%	0,66%	1.655	70,6%	0,50%	-633
2009	538	5,3%	0,35%	339	-70,4%	0,27%	877	-47,0%	0,31%	199
2010	704	30,8%	0,35%	665	96,1%	0,37%	1.369	56,1%	0,36%	39,1
2011	811	15,2%	0,32%	1.196	79,9%	0,53%	2.007	46,6%	0,42%	-385
2012	872	7,5%	0,36%	1.281	7,1%	0,57%	2.154	7,3%	0,46%	-409
2013	689	-21,0%	0,28%	1.434	11,9%	0,60%	2.123	-1,4%	0,44%	-745
2014	568	-17,5%	0,25%	1.249	-12,9%	0,55%	1.818	-14,4%	0,40%	-681
2015 (jan-ago)	273	-0,7%	0,21%	503	-39,7%	0,42%	776	-30,0%	0,64%	-230
Var. % 2005-2014	37,2%	--	--	301,2%	--	--	150,5%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.*

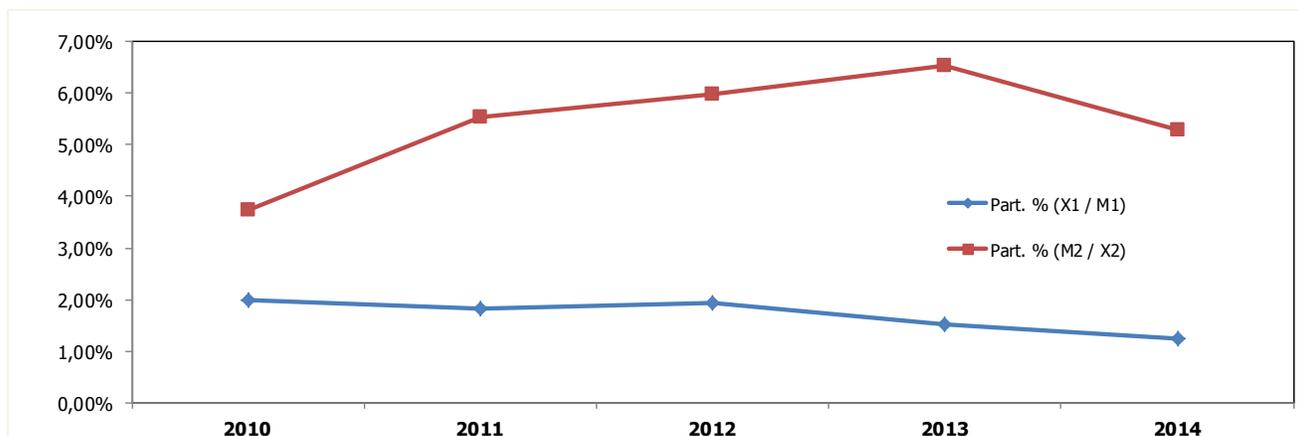


Part. % do Brasil no Comércio do Marrocos⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Marrocos (X1)	704	811	872	689	568	-19,3%
Importações totais do Marrocos (M1)	35.379	44.263	44.790	45.186	45.879	29,7%
Part. % (X1 / M1)	2,0%	1,8%	1,9%	1,5%	1,2%	-37,8%
Importações do Brasil originárias do Marrocos (M2)	665	1.196	1.281	1.434	1.249	87,9%
Exportações totais do Marrocos (X2)	17.765	21.650	21.417	21.965	23.691	33,4%
Part. % (M2 / X2)	3,7%	5,5%	6,0%	6,5%	5,3%	40,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Marrocos e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

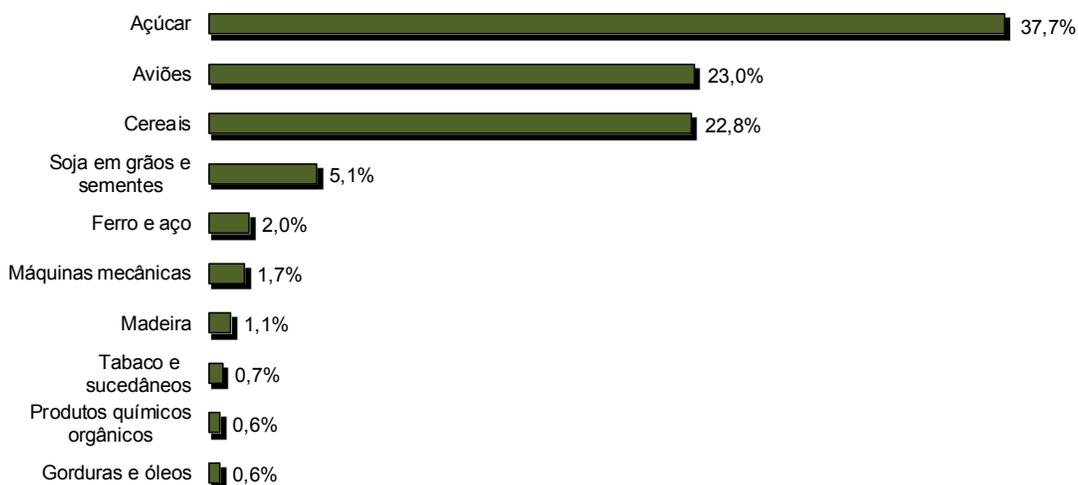


Composição das exportações brasileiras para Marrocos
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	535	61,3%	376	54,5%	214	37,7%
Aviões	0	0,0%	0	0,0%	130	23,0%
Cereais	273	31,3%	218	31,7%	130	22,8%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	29,1	5,1%
Ferro e aço	0	0,0%	0	0,0%	11,1	2,0%
Máquinas mecânicas	10,5	1,2%	4,5	0,7%	9,8	1,7%
Madeira	3,9	0,4%	3,7	0,5%	6,2	1,1%
Tabaco e sucedâneos	12,0	1,4%	8,9	1,3%	3,8	0,7%
Produtos químicos orgânicos	0,3	0,0%	6,0	0,9%	3,2	0,6%
Gorduras e óleos	15,7	1,8%	50,0	7,3%	3,1	0,6%
Subtotal	851	97,5%	667	96,8%	541	95,1%
Outros produtos	22	2,5%	22	3,2%	28	4,9%
Total	872	100,0%	689	100,0%	568	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

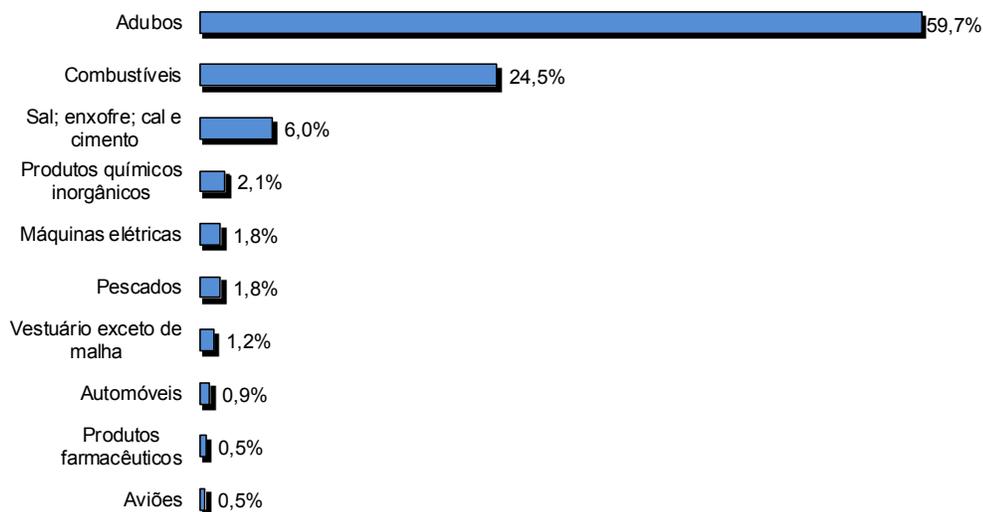


Composição das importações brasileiras originárias de Marrocos
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos	834	65,1%	1.034	72,1%	746	59,7%
Combustíveis	248	19,4%	226	15,8%	306	24,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	92	7,2%	70	4,9%	75	6,0%
Produtos químicos inorgânicos	39	3,0%	18	1,2%	26	2,1%
Máquinas elétricas	22	1,7%	23	1,6%	22	1,8%
Pescados	23	1,8%	30	2,1%	22	1,8%
Vestuário exceto de malha	9,0	0,7%	14	1,0%	15	1,2%
Automóveis	0,0	0,0%	1,4	0,1%	11	0,9%
Produtos farmacêuticos	2,6	0,2%	3,9	0,3%	6,6	0,5%
Aviões	2,9	0,2%	3,6	0,3%	6,3	0,5%
Subtotal	1.273	99,3%	1.424	99,3%	1.237	99,0%
Outros produtos	8	0,7%	11	0,7%	12	1,0%
Total	1.281	100,0%	1.434	100,0%	1.249	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Aviso nº 485 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)